



# SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

# SUZANO

Holding

→ continuação

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

Atividades Operacionais	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>23.392.406</b>	<b>8.634.583</b>	<b>6.459.615</b>	<b>2.349.415</b>
<b>Ajustes por</b>				
Depreciação, exaustão e amortização (nota 27 e 30)	7.206.205	6.879.210	79	76
Depreciação do direito de uso (nota 19.1)	232.647	204.265	681	595
Subarrendamento de navios	(11.314)	(44.706)		
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento (nota 19.2)	433.727	428.114	114	180
Resultado na alienação e baixa de ativos imobilizados e biológicos, líquidos (nota 30)	509	(412.612)		
Resultado de equivalência patrimonial (nota 14)	(284.367)	(51.912)	(6.467.231)	(2.356.872)
Variações cambiais e monetárias, líquidas (nota 27)	(3.294.593)	3.800.827		
Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidas (nota 27)	4.007.716	3.207.271	(21)	(7)
Despesas com prêmio sobre liquidação antecipada (nota 27)		260.289		
Custos de empréstimos capitalizados (nota 27)	(359.407)	(18.624)		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(707.211)	(178.320)		
Amortização do custo de transação, ágio e deságio (nota 27)	69.881	107.239		
Perdas (ganhos) com derivativos, líquidos (nota 27)	(6.761.567)	1.597.662		
Atualização do valor justo dos ativos biológicos (nota 13)	(1.199.759)	(763.091)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 12.2)	4.750.093	(94.863)	382	(105)
Juros sobre passivo atuarial (nota 21.2)	59.258	55.849		
Provisão de passivos judiciais, líquido (nota 20.1)	88.198	65.318		
Provisão (reversão) para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida (nota 7.3)	1.652	(637)		
Provisão para perda estimada nos estoques, líquida (nota 8.1)	56.060	73.574		
Provisão (reversão) para perda de créditos do ICMS, líquida (nota 9.1)	58.003	(99.183)		
Créditos tributários - ICMS na base do PIS/COFINS (nota 30)	1.324	(441.880)		
Outras	8.008	32.314	5.212	5.780
<b>Decréscimo (acrécimo) em ativos</b>				
Contas a receber de clientes	(3.267.596)	(3.398.104)		
Estoques	(967.469)	(653.929)		
Tributos a recuperar	(382.155)	186.008	(711)	(13)
Outros ativos	263.329	(54.119)	(148)	(14)
<b>Acrécimo (decrécimo) em passivos</b>				
Fornecedores	1.533.118	1.363.478		
Tributos a recolher	422.810	271.282	144	(22)
Salários e encargos sociais	82.927	97.329	(823)	(461)
Outros passivos	(15.510)	(197.966)	(5.249)	(4.984)
<b>Caixa gerado (aplicado) das operações</b>	<b>25.416.923</b>	<b>20.854.666</b>	<b>(7.956)</b>	<b>(6.432)</b>
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.2)	(4.019.072)	(2.953.573)		
Pagamento de prêmio sobre liquidação antecipada (nota 27)		(260.289)		
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	544.849	98.110		
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(306.521)	(106.231)		
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>21.636.179</b>	<b>17.632.683</b>	<b>(7.956)</b>	<b>(6.432)</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>				
Adições de imobilizado (nota 15)	(9.791.283)	(2.150.642)	(45)	(50)
Adições de intangível (nota 16)	(90.499)	(285.278)		
Adições de ativos biológicos (nota 13)	(4.957.380)	(3.807.608)		
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado e biológico	251.183	1.411.329		
Aumento de capital em controladas e coligadas	(67.020)	(51.816)	(208)	(333)
Aplicações financeiras, líquidas	67.426	(5.216.921)		
Adiantamento para aquisição de madeira de operações com fomento e parcerias	(355.362)	(257.672)		
Dividendos recebidos	6.604	6.453	1.155.148	816
Aquisição de participação não controladores		(6.516)		
Aquisição de controladas (nota 1.2.6 e 1.2.7)	(2.090.062)			
Caixa e equivalente de caixa de aquisição de controladas	10.590			
Mútuo concedido entre partes relacionadas	38.921	(36.421)	33.873	(33.873)
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos</b>	<b>(16.976.882)</b>	<b>(10.395.092)</b>	<b>1.188.768</b>	<b>(33.440)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados (nota 18.2)	1.335.715	16.991.962		
Recebimento (pagamento) de operações com derivativos (nota 4.5.4)	282.225	(1.921.253)		
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.2)	(2.517.934)	(15.469.423)		
Pagamento de contratos de arrendamentos (nota 19.2)	(1.045.135)	(1.013.031)	(1.016)	(894)
Pagamento de dividendos	(4.123.620)	(9.690)	(1.122.938)	
Adiantamento para futuro aumento de capital	42	64		
Pagamento de aquisição de ativos e controladas	(107.888)	(153.357)		
Recuperação de ações	(1.904.424)			
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(8.081.019)</b>	<b>(1.574.728)</b>	<b>(1.123.954)</b>	<b>(894)</b>
<b>Efeito da Variação Cambial em Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(602.480)</b>	<b>1.050.808</b>		
<b>Acrécimo (decrécimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(4.024.202)</b>	<b>6.713.671</b>	<b>56.858</b>	<b>(40.766)</b>
No início do exercício	13.598.149	6.884.478	5.482	46.248
No final do exercício	9.573.947	13.598.149	62.340	5.482
<b>Acrécimo (decrécimo) líquido caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(4.024.202)</b>	<b>6.713.671</b>	<b>56.858</b>	<b>(40.766)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

### (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A Suzano Holding S.A. ("Suzano Holding" ou "Companhia") é uma holding controladora da Suzano S.A., designada a seguir como "Suzano" que tem como objeto a fabricação e comercialização, no país e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto, papel (papel revestido, papel cartão, papel não revestido e cut size), bobinas de papéis e papéis para fins sanitários (bens de consumo - tissue), para atendimento ao mercado interno e externo, além da exploração de florestas de eucalipto para uso próprio, a operação de terminais portuários, participação como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento e a geração e a comercialização de energia elétrica. A Suzano possui ações negociadas na B3 S.A. ("Brasil, Bolsa, Balcão - B3"), listada no segmento do Novo Mercado sob o ticker SUZB3 e American Depositary Receipts ("ADRs") na proporção de 1 (uma) ação ordinária, Nível II, negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("New York Stock Exchange - NYSE") sob o ticker SUZ. A Suzano possui 13 unidades industriais, localizadas nas cidades de Aracruz e Cachoeira de Itapemiriz (Espírito Santo), Belém (Pará), sendo 2 unidades nesta localidade, Eunápolis e Mucuri (Bahia), Maracaná (Ceará), Imperatriz (Maranhão), Jacareí, Limeira e Suzano, sendo 2 unidades nesta localidade (São Paulo) e Três Lagoas (Mato Grosso do Sul). Adicionalmente, possui 5 centros de tecnologia, 23 centros de distribuição e 3 portos, todos localizados no Brasil. A comercialização da celulose e papel no mercado internacional é realizada através de vendas pela Suzano e, principalmente, por meio de suas controladas localizadas na Austrália, Estados Unidos da América, Suíça e Argentina e escritório de representação na China. A Companhia também controla a Premesa S.A., que possui atividade imobiliária. A sede social da Companhia está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada por membros da família Feffer. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de março de 2023.

#### 1.1. Participações societárias: A Companhia detém participações societárias nas seguintes entidades legais:

Denominação	País	Tipo de participação	% de participação	
			31/12/2022	31/12/2021
Suzano S.A.	Brasil	Direta	28,08%	27,25%
Caravelas Florestal S.A. (5)	Brasil	Indireta		
Cellulforce Inc.	Canadá	Indireta	8,28%	8,28%
Ensyn Corporation	Estados Unidos da América	Indireta	26,59%	26,24%
F&E Technologies LLC	Estados Unidos da América	Indireta	50,00%	50,00%
F&E Tecnologia do Brasil S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Fibra Celulose (USA) Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
Fibra Overseas Finance Ltd.	Ilhas Cayman	Indireta	100,00%	100,00%
Fibra Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Ltd.	Inglaterra	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Biotechnology Shanghai Company Ltd. (1)	China	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Delaware Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Israel Ltd.	Israel	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Hong Kong Ltd. (8)	Hong Kong	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Brasil	Indireta	49,90%	49,90%
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Itacel - Terminal de Celulose de Itaquí S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Mucuri Logística S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Paineiras Logística e Transportes Ltda.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	Brasil	Indireta	51,00%	51,00%
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Rio Verde Participações e Propriedades Rurais S.A. (7)	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
SFBC Participações Ltda.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Spinova Plc (2)	Finlândia	Indireta	19,03%	19,14%
Stenfar S.A. Indl. Coml. Imp. Y. Exp.	Argentina	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Austria GmbH.	Austria	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Canada Inc.	Canadá	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Finland Oy	Finlândia	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano International Finance B.V. (9)	Holanda	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano International Trade GmbH.	Austria	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Material Technology Development Ltd. (6)	China	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Operações Industriais e Florestais S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper America Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	Suíça	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Shanghai Ltd.	China	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Trading International KFT	Hungria	Indireta	100,00%	100,00%

→ continua

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>1 - Receitas</b>				
Venda de mercadorias, produtos e serviços (nota 28)	52.004.423	42.699.915		
Outras receitas	402.276	2.015.489		59
Receitas referentes à construção de ativos próprios (nota 15)	11.220.807	1.768.938		
Provisão de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida (nota 7.3)	(1.652)	637		
<b>63.625.854</b>	<b>46.484.979</b>		<b>59</b>	
<b>2 - Insumos Adquiridos de Terceiros</b>				
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(16.947.773)	(10.850.028)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(13.597.009)	(7.117.457)	(1.895)	(1.327)
	(30.544.782)	(17.967.485)	(1.895)	(1.327)
<b>3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>	<b>33.081.072</b>	<b>28.517.494</b>	<b>(1.895)</b>	<b>(1.268)</b>
<b>4 - Depreciação, Exaustão e Amortização</b>	<b>(7.427.538)</b>	<b>(7.038.769)</b>	<b>(760)</b>	<b>(671)</b>
<b>5 - Valor Adicionado Líquido (3-4)</b>	<b>25.653.534</b>	<b>21.478.725</b>	<b>(2.655)</b>	<b>(1.939)</b>
<b>6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>				
Resultado da equivalência patrimonial (nota 14)	284.367	51.912	6.467.231	2.356.872
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	17.726.323	7.236.917	4.701	941
Outros valores - Imposto de renda e contribuição social diferidos (1)	(4.750.093)	94.863	(382)	105
<b>13.260.597</b>	<b>7.383.692</b>	<b>6.471.550</b>	<b>2.357.918</b>	
<b>38.914.131</b>	<b>28.862.417</b>	<b>6.468.895</b>	<b>2.355.979</b>	
<b>3.229.670</b>	<b>2.790.353</b>	<b>7.535</b>	<b>5.236</b>	
<b>7 - Valor Adicionado para Distribuição</b>				
<b>Pessoal</b>				
Remuneração direta	2.505.335	2.158.593	5.239	3.489
Benefícios	591.468	517.780	1.766	1.135
F.G.T.S.	132.867	113.980	530	612
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>915.722</b>	<b>779.348</b>	<b>1.325</b>	<b>990</b>
Federais	583.077	470.786	1.143	825
Estaduais	285.464	271.805		
Municipais	47.181	36.757	182	165
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>11.376.333</b>	<b>16.658.133</b>	<b>420</b>	<b>338</b>
Juros provisionados, variações cambiais passivas, alugueis e outros	11.376.333	16.658.133	420	338
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>23.392.406</b>	<b>8.634.583</b>	<b>6.459.615</b>	<b>2.349.415</b>
Dividendos	708.600	243.954	708.600	243.954
Resultado do exercício, líquido dos dividendos	5.751.015	2.105.461	5.751.015	2.105.461
Participação de não controladores	16.932.791	6.285.168		
<b>8 - Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>38.914.131</b>	<b>28.862.417</b>	<b>6.468.895</b>	<b>2.355.979</b>

1) Considerando os efeitos no exercício, a Suzano S.A. adotou, de forma consistente com exercícios anteriores, a política contábil de demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição. As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Denominação	País	Tipo de participação	% de participação	
			31/12/2022	31/12/2021
Suzano Trading Ltd. (7)	Ilhas Cayman	Indireta		100,00%
Suzano Ventures LLC (3)	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	
Veracel Celulose S.A.	Brasil	Indireta	50,00%	50,00%
Vitex BA Participações S.A. (4) (7)	Brasil	Indireta		
Parkia BA Participações S.A. (4) (7)	Brasil	Indireta		
Garacuí Comercial Ltda. (4) (7)	Brasil	Indireta		
Vitex SP Participações S.A. (4) (7)	Brasil	Indireta		
Parkia SP Participações S.A. (4) (7)	Brasil	Indireta		
Sobrasil Comercial Ltda. (4) (7)	Brasil	Indireta		
Vitex MS Participações S.A. (4) (7)	Brasil	Indireta		
Parkia MS Participações S.A. (4) (7)	Brasil	Indireta		
Duas Marias Comercial Ltda. (4) (7)	Brasil	Indireta		
Vitex ES Participações S.A. (4) (7)	Brasil	Indireta		
Parkia ES Participações S.A. (4) (7)	Brasil	Indireta		
Claraiba Comercial Ltda. (4) (7)	Brasil	Indireta		
Woodspan Oy	Finlândia	Indireta	50,00%	50,00%
Premesa S.A. (10)	Brasil	Direta	98,65%	99,17%
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	Brasil	Indireta	100,00%	
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda. (11)	Brasil</			

# SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

# SUZANO

Holding

★ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

compra de ativos, uma vez que o ativo principal (ativo imobilizado) concentra, substancialmente, todo o valor justo do conjunto de ativos adquiridos. Os efeitos contábeis da operação foram inicialmente refletidos na rubrica de investimentos na controladora e na rubrica de imobilizado no consolidado, no balanço patrimonial e em aquisição de controladas, líquido do caixa na demonstração dos fluxos de caixa da controladora. O caixa das Companhias Alvo é de R\$4.185. Em 30 de setembro de 2022, a Suzano incorporou as Companhias Alvo, cujo valor patrimonial, direto e indireto, era de R\$9.152.692. A incorporação não resultou em aumento de capital, tendo em vista que a Suzano era titular, direta ou indireta, de 100% do capital social das Companhias alvo. **1.2.7. Compra e venda de participação societária - Caravelas:** Em 29 de junho de 2022, a Suzano comunicou ao mercado que, celebrou um contrato de compra e venda de participação societária, na qualidade de Compradora, na data do fechamento irá adquirir a totalidade das ações de emissão da Caravelas Florestal S.A. ("Caravelas"). Em contraprestação às ações da Caravelas, a Suzano se comprometeu a pagar o preço de R\$336.000, o qual seria corrigido até o fechamento da Operação e pago em uma única parcela após a verificação de condições precedentes, comumente praticadas pelo mercado nesse tipo de transação, incluindo a aprovação/trânsito em julgado da Operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). O preço base estava sujeito a correção e ajustes pós fechamento com base na variação de dívida, caixa e demais custos envolvidos da Caravelas. Em 9 de agosto de 2022, a Suzano concluiu a aquisição da totalidade das ações da Caravelas e considerando correção e ajustes previstos no contrato pagou R\$356.854. O preço base foi ajustado e pago em R\$10.428, conforme previsto no contrato. A Suzano optou por aplicar o teste concentração para identificar a concentração do valor justo de acordo com o CPC15 (R1)/IFRS 3. A operação foi contabilizada como uma compra de ativos, uma vez que o ativo principal (ativo imobilizado) concentra, substancialmente, todo o valor justo do conjunto de ativos adquiridos. Em 30 de setembro de 2022, a Suzano incorporou a Caravelas, cujo valor patrimonial era de R\$111.323. A incorporação não resultou em aumento de capital, tendo em vista que a Suzano era titular de 100% do capital social da Caravelas. **1.2.8. Aquisição de negócio *tissue* no Brasil:** Em 24 de outubro de 2022, a Suzano comunicou ao mercado que celebrou contrato de aquisição do negócio de *tissue* no Brasil da Kimberly-Clark. O preço base da operação é de US\$175 milhões (equivalente a R\$922.915 na data da assinatura do contrato), sujeito aos ajustes usuais deste tipo de operação e será pago integralmente na data da conclusão da operação, que está sujeita ao cumprimento de condições precedentes e à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). A aquisição envolve uma fábrica localizada em Mogi das Cruzes (SP), que prevê contratualmente uma capacidade instalada de aproximadamente 130 mil toneladas anuais de fabricação, marketing, distribuição e/ou venda no país de produtos de *tissue*, incluindo a propriedade sobre a marca "NEVE", trazendo à Suzano complementariedade de marcas, categorias de produtos e de geografia. **1.2.9. Projeto Cerrado:** Em 28 de outubro de 2021, o Conselho de Administração da Suzano aprovou a realização do Projeto Cerrado, que consiste na construção de uma planta de produção de celulose no município de Ribas do Rio Pardo, no estado do Mato Grosso do Sul. A planta terá capacidade nominal estimada de 2.550.000 toneladas de produção de celulose de eucalipto ao ano, com prazo estimado para início da operação, no segundo semestre de 2024. O investimento total é de R\$19.300.000, com pagamentos durante os anos de 2021 a 2024. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards - IFRS*") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("*IASB*"), e que evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$") e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se expresso de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das políticas contábeis, que afetem os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo a divulgação dos passivos contingentes assumidos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.36. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo; (ii) pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados mensurados pelo valor justo; e (iii) ativos biológicos mensurados pelo valor justo. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 3. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando informações da Companhia e de suas controladas na mesma data-base, exceto para as coligadas Ensyn e Spinnova conforme descrito na nota 3.2.6, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1 de janeiro de 2022 e cujo impacto estimado foi divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. **3.1. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis:** As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **3.1.1. Combinação de Negócios CPC 15/IFRS 3 - Referência à estrutura conceitual (Aplicável em/ou após 1º de janeiro de 2022. Permitida adoção antecipada, se a entidade também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes):** As alterações atualizam o CPC 15/IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem no CPC 15/IFRS 3 o alinhamento dos conceitos de obrigações assumidas em linha com o previsto no CPC 25/IAS 37, mantendo para o comprador a aplicação do CPC 25/IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do ICP 19/IFRIC 21 - Tributos, o comprador aplica o ICP 19/IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. As alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios. A Companhia e suas Controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos. **3.1.2. CPC 25/IAS 37 - Contratos onerosos: Custo para cumprir um contrato oneroso (Aplicável para períodos anuais em/ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada):** As alterações no CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes esclarecem o que representam "custos para cumprir um contrato" quando se avalia se um contrato é oneroso. Algumas entidades que aplicam a abordagem do "custo incremental" podem ter o valor de suas provisões aumentadas, ou novas provisões reconhecidas para contratos onerosos em decorrência da nova definição. A necessidade de esclarecimento foi provocada pela introdução da IFRS 15/CPC 47, que substituiu os requerimentos existentes relacionados a receita, inclusive orientações contidas no CPC 17 (R1)/IAS 11, que tratava de contratos de construção. Enquanto o CPC 17 (R1)/IAS 11 especificava quais custos eram incluídos como custos para cumprir um contrato, o IAS 37 não o fazia, gerando diversidade de prática. A alteração visa esclarecer quais custos devem ser incluídos na avaliação. A Companhia e suas Controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos. **3.1.3. Imobilizado - CPC 27/IAS 16 - Receitas antes do uso pretendido (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada):** No processo de construir um item do ativo imobilizado para o uso pretendido, uma entidade pode paralelamente produzir e vender produtos gerados no processo de construção do item do imobilizado. Antes da alteração proposta pelo IASB, eram observadas, na prática, diversas formas de contabilização de tais receitas. O IASB alterou a norma para fornecer orientações sobre a contabilização de tais receitas e os custos de produção relacionados. Sobre a nova proposta, a receita da venda não é mais deduzida do custo do imobilizado, mas sim reconhecida na demonstração do resultado juntamente com os custos de produção desses itens. A IAS 2/CPC 17 Estoques deve ser aplicada na identificação e mensuração dos custos de produção. A Companhia e suas Controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos. **3.1.4. CPC 37 (R1)/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (Aplicável para períodos**

**anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada):** A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a). A Companhia e suas Controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos. **3.1.5. CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada):** A alteração esclarece que ao aplicar o teste de 10% para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez. A Companhia e suas Controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos. **3.1.6. CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos (data de vigência não aplicável):** A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida. A Companhia e suas Controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos. **3.1.7. CPC 29/IAS 41 - Ativos biológicos e produto agrícola (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada):** A alteração exclui a exigência no CPC 29/ IAS 41 para as entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo no CPC 29/ IAS 41 às exigências no CPC 46/ IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. A alteração é aplicável prospectivamente, isto é, mensurações de valor justo na ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração. A Companhia e suas Controladas avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos. **3.2. Políticas contábeis adotadas: 3.2.1. Demonstrações financeiras individuais:** Os investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os investimentos em operações controladas em conjunto são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto. Adicionalmente, o valor contábil do investimento em controlada é ajustado pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial das controladas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido da controladora. **3.2.2. Demonstrações financeiras consolidadas:** São elaboradas utilizando informações da Companhia e de suas controladas na mesma data-base, exceto para as coligadas Ensyn e Spinnova conforme descrito na nota 3.2.6, bem como, políticas contábeis consistentes. A Companhia consolida todas as controladas sobre as quais detém o controle de forma direta ou indireta, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu investimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. Adicionalmente, todas as transações e saldos entre a Companhia e suas controladas, coligadas e investimentos controlados em conjunto foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários, os investimentos e os respectivos resultados de equivalência patrimonial. A participação dos acionistas não controladores está destacada. **3.2.3. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia adota como política contábil demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição. **3.2.4. Investimentos em controladas:** São todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As entidades controladas, são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir. **3.2.5. Investimentos em operações em conjunto:** São todas as entidades nas quais a Companhia e suas controladas mantêm o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre sua atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto. **3.2.6. Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto:** São reconhecidos inicialmente pelo seu custo e, posteriormente, ajustados pelo método da equivalência patrimonial, sendo acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da investida após a data de aquisição. Nos investimentos em coligadas, a Companhia e suas controladas exercem influência significativa, que é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Nos empreendimentos controlados em conjunto há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, no qual as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Em relação as coligadas Ensyn e Spinnova, a equivalência é mensurada com base na última informação disponível e não apresenta efeito relevante em relação ao resultado consolidado e, caso tivesse ocorrido algum evento significativo até 31 de dezembro de 2022, o efeito seria ajustado na demonstração financeira consolidada. **3.2.7. Conversão das demonstrações para moeda funcional e de apresentação:** A Companhia definiu que para a sua controladora e todas as suas controladas, a moeda funcional e de apresentação é o Real. Exceto para os investimentos em coligadas no exterior relativos à Ensyn Corporation, F&E Technologies LLC, Spinnova Oy, Woodspin Oy e Cellulorce, as moedas funcionais são diferentes do Real, cujos efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão das demonstrações financeiras, são registrados em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. As demonstrações financeiras individuais de cada controlada incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são preparadas utilizando-se a moeda local em que a controlada opera e convertidas para a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3.2.7.1. Transações e saldos em moeda estrangeira:** São convertidas adotando-se os seguintes critérios: (i) ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício; (ii) ativos e passivos não monetários convertidos pela taxa histórica da transação; (iii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média das taxas diárias (PTAX); e (iv) os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão dos itens acima, são registrados no resultado financeiro do exercício. **3.2.8. Economias hiperinflacionárias:** Entidades sediadas na Argentina, país considerado como de economia hiperinflacionária, são sujeitas aos requerimentos do CPC 42/IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias. Os itens não monetários e o resultado destas entidades são corrigidos pela alteração do índice de correção entre a data inicial de reconhecimento e o fim do exercício de apresentação, a fim de que o balanço da controlada esteja registrado ao valor corrente. Entretanto, a controlada da Suzano sediada na Argentina, tem o Real como moeda funcional e, desta forma, não é considerada uma entidade com moeda hiperinflacionária e não apresenta sua demonstração financeira individual de acordo com o CPC 42/IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias. As demonstrações financeiras são apresentadas ao custo histórico. **3.2.9. Combinações de negócios:** São contabilizadas com a utilização do método de aquisição quando há transferência de controle para a adquirente. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou instrumentos de patrimônio os quais são apresentados como redutores da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente.

Na combinação de negócios, são avaliados os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Inicialmente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que serão beneficiadas pela aquisição. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos. Passivos contingentes relacionados a assuntos de natureza tributária, cível e trabalhista, classificados na adquirida como risco de perda possível e remoto, são reconhecidos na adquirente, pelos seus valores justos. Nas transações de aquisição de investimentos em coligadas e com controle compartilhado aplicam-se as orientações complementar ao CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios, CPC 19/IFRS 11 - Negócios em Conjunto e CPC 18/IAS 28 - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da adquirente no patrimônio líquido da adquirida a partir da data de aquisição. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado é segregado do valor contábil do investimento. Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação adquirida pela Companhia, pela diferença entre os valores contábeis registrados na entidade negociada e seu valor justo apurado (mais valia dos ativos), os quais são passíveis de serem amortizados. Nas demonstrações financeiras individuais, o excesso de valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em relação ao patrimônio líquido na data da aquisição das controladas permanece registrado na conta de investimento na rubrica de mais valia de ativos de controladas. **3.2.10. Informação por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração da Companhia e suas controladas identificaram os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação e representam principalmente canais de venda. **3.2.11. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. **3.2.12. Instrumentos financeiros: 3.2.12.1. Classificação:** Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características individuais e no modelo de gestão do instrumento ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado abrangente; (iii) valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data a qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os instrumentos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **3.2.12.1.1. Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos; e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido. Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos, classificados como ativos financeiros e o saldo das rubricas de empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar de arrendamento, contas a pagar de aquisição de ativos e controladas, fornecedores e outros passivos, classificados como passivos financeiros. **3.2.12.1.2. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos; e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Adicionalmente, são classificados nessa categoria os investimentos em instrumentos patrimoniais, no qual no reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas optaram por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica do resultado financeiro, líquido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Compreende o saldo da rubrica outros investimentos. **3.2.12.1.3. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados nessa categoria, os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido, para instrumentos financeiros não derivativos e na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, para os instrumentos financeiros derivativos. Compreende o saldo das rubricas de aplicações financeiras, classificado como ativos financeiros e dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos e opções de compra de ações, classificados como ativos e passivos financeiros. **3.2.12.2. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é registrado no balanço patrimonial quando há (i) um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos; e (ii) uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2.12.3. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros: 3.2.12.3.1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Anualmente, a Companhia e suas controladas avaliam se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável. Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; (ii) evento de *default* no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) quando a Companhia e suas controladas, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira. O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida na demonstração de resultado. Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado. **3.2.12.3.2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Anualmente, a Companhia e suas controladas avaliam se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Para tais ativos financeiros, uma redução relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo, é uma evidência de que o ativo está deteriorado e a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda reconhecida anteriormente em outros resultados abrangentes, deverá ser reconhecida na demonstração do resultado. **3.2.13. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são mensurados ao seu valor justo, cujas variações são registradas na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, na demonstração de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos embutidos em contratos principais não derivativos, são tratados como um derivativo separado quando seus riscos e características não estiverem intrinsecamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos embutidos que não possuam característica de opções, estes são separados do seu contrato principal de acordo com os seus termos substantivos expressos ou implícitos, para que o valor justo seja zero no reconhecimento inicial. **3.2.14. Contas a receber de clientes:** São registradas pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

# SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

# SUZANO

Holding

★ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

ativos da Suzano, ajustadas pela variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira e, quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas. A Suzano utiliza a matriz de provisões por vencimento com o agrupamento apropriado de sua carteira. Quando necessário, com base em análise individual, a provisão para perda esperada é complementada. A posição de vencimentos da carteira de clientes é analisada mensalmente e, para os clientes que apresentam saldos vencidos é efetuada uma avaliação específica de cada um, considerando o risco de perda envolvido, a existência de seguros contratados, cartas de crédito, garantias reais e situação financeira. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, por meio de contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e é registrada uma perda de crédito esperada em contrapartida à rubrica despesas com vendas na demonstração de resultado. Os títulos são baixados contra a provisão, à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los. **3.2.15. Estoques:** São avaliados ao custo médio de aquisição ou formação dos produtos acabados, líquido dos tributos recuperáveis e seu valor líquido de realização. O custo dos produtos acabados e em elaboração inclui matérias-primas, mão de obra, custo de produção, transporte e armazenagem e despesas gerais de produção, que estão relacionados a todos os processos necessários para a colocação dos produtos em condições de venda. As importações em andamento são apresentadas pelo custo incorrido até a data do balanço. O custo da madeira transferida da rubrica de ativos biológicos para estoques é mensurado ao valor justo mais os gastos com colheitas e frete. Provisões para perda, ajustes a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registrados quando necessário. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo mês, enquanto as perdas anormais, se houver, são registradas diretamente na rubrica de custo dos produtos vendidos sem transitar pelos estoques. **3.2.16. Ativos não circulantes mantidos para venda:** São mensurados com base no menor montante entre o valor contábil e o valor justo, deduzidos das despesas de venda e não são depreciados ou amortizados. Tais itens somente são classificados nesta rubrica quando a venda for altamente provável e os itens estiverem disponíveis para venda imediata em suas condições atuais. **3.2.17. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos para produção (florestas maduras e imaturas) são florestas de eucalipto de reflorestamento, com ciclo de formação entre o plantio até a colheita de aproximadamente 7 (sete) anos, mensurados ao valor justo menos as despesas de vendas. A exaustão é mensurada pela quantidade de ativo biológico exaurido (colhido) e avaliado ao seu valor justo. Para a determinação do valor justo, foi aplicada a técnica da abordagem de receita (“*income approach*”) utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, de acordo com o ciclo de produtividade projetado para estes ativos. As premissas utilizadas na mensuração do valor justo são revistas semestralmente, pois a Suzano considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado contabilmente. As premissas significativas estão apresentadas na nota 13. O ganho ou perda na avaliação do valor justo é reconhecido na rubrica receitas (despesas) operacionais, líquidas. Os ativos biológicos em formação com idade inferior a 2 (dois) anos, mantidas contabilmente pelo seu custo de formação. As áreas de preservação ambiental permanente, que não são registradas contabilmente, por não se caracterizarem como ativos biológicos, e não são incluídos na mensuração ao valor justo. **3.2.18. Imobilizado:** Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou restauração, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. Os custos de empréstimos e financiamentos são registrados como parte dos custos do imobilizado em andamento, considerando a taxa média ponderada, ajustada pela equalização dos efeitos cambiais, de empréstimos e financiamentos vigente na data da capitalização de acordo com a política da Companhia e suas controladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação. A Companhia e suas controladas realizam anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa (“UGC”) à qual o ativo está relacionado sofrer perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas. O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo e são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos. Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação. **3.2.19. Arrendamento:** Um contrato é, ou contém um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) a Companhia e suas controladas tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e (iii) a Companhia e suas controladas tem o direito de direcionar o uso do ativo. A Companhia e suas controladas tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado, se: • tem o direito de operar o ativo, ou • projetou o ativo, de forma que predetermina como e para qual finalidade será usado. No início do contrato, a Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em/ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o término do prazo do arrendamento. Com exceção aos contratos de terrenos que são prorrogados automaticamente por igual período por meio de notificação ao arrendador, para os demais não são permitidas renovações automáticas e por prazo indeterminado, assim como o exercício da extinção contratual é um direito de ambas as partes. O passivo de arrendamento bruto de PIS/COFINS, é inicialmente mensurado pelo valor presente, descontado com base na taxa nominal de empréstimo incremental. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança: (i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança em índice ou taxa; (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido; ou (iii) na avaliação se a Companhia e suas controladas exercerão a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia e suas controladas não possuem registrados contratos de arrendamento com cláusulas de: (i) pagamentos variáveis que sejam baseados na performance dos ativos arrendados; (ii) garantia de valor residual; e (iii) restrições, como por exemplo, obrigação de manter coeficientes financeiros. Os contratos de baixo valor ou de curto prazo, enquadrados na isenção da norma, referem-se, respectivamente, àqueles cujos valores individuais dos ativos são inferiores a US\$5 ou com prazo de vencimento inferior a 12 meses, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **3.2.20. Intangível:** Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios têm seu custo definido como o valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. As amortizações de contrato de fornecedores e serviços portuários, concessão de portos, contratos de arrendamento e cultivares são registradas no custo das vendas, a amortização com relacionamento com clientes nas despesas comerciais, amortizações de marcas e patentes, acordo de não competição, acordo de pesquisa e desenvolvimento e desenvolvimento e implantação de sistemas nas despesas administrativas, enquanto que as amortizações de softwares são registradas de acordo com a sua utilização, podendo ser custo das vendas, despesas administrativas ou comerciais. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em

relação às perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), individualmente ou no nível da UGC. A alocação é feita para a UGC ou grupo de UGCs que representa o menor nível dentro da entidade, no qual o ágio é monitorado para propósitos internos da Administração, e que se beneficiou da combinação de negócios. A Suzano registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) e servidão de passagem. A realização do teste envolveu a adoção de premissas e julgamentos, divulgados na nota 16. **3.2.21. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) correntes e diferidos:** Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial. O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas nos países em que a Companhia e suas controladas e coligadas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são compensados pelo montante líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **3.2.22. Fornecedores:** Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável. **3.2.23. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados, é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto. Os custos de empréstimos e financiamentos, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável de acordo com a política da Suzano, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultará em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. A Suzano não possui empréstimos específicos para obtenção de ativos qualificáveis. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **3.2.24. Provisões, ativos e passivos contingentes:** Os ativos contingentes não são registrados. O reconhecimento somente é realizado quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, quando os benefícios econômicos decorrentes de ações judiciais são praticamente certos e cujo valor seja possível ser mensurado com segurança. Os ativos contingentes avaliados como êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa, quando material. Uma provisão é reconhecida na medida em que a Companhia e suas controladas esperam desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança. Os processos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança, sendo registrados líquidos dos depósitos judiciais. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. Os passivos contingentes de combinações de negócios são reconhecidos se forem decorrentes de uma obrigação presente que surgiu de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade. São mensurados pelo maior valor entre: (i) o valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima descrita; ou (ii) o valor inicialmente reconhecido, deduzido, quando for o caso, da receita reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita de contrato com cliente. **3.2.25. Provisão para desmobilização de ativos:** Compreende os custos para a desmobilização de células de aterro industrial e desativação dos ativos vinculados aos aterros. O reconhecimento inicial é um passivo de longo prazo em contrapartida ao ativo imobilizado vinculado e corresponde ao valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros descontado por uma taxa livre de risco ajustada. O passivo de longo prazo é remensurado por uma taxa de desconto de longo prazo, reconhecido na rubrica de outros passivos em contrapartida ao resultado financeiro. O ativo imobilizado vinculado é depreciado linearmente pela vida útil do bem principal em contrapartida à rubrica de custo de produto vendido na demonstração de resultado. **3.2.26. Pagamento baseado em ações:** Os executivos e administradores da Suzano recebem parcela de sua remuneração por meio de planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro e em ações, com alternativa de liquidação em dinheiro. As despesas com os planos são reconhecidas no resultado em contrapartida a um passivo financeiro, durante o período de aquisição quando os serviços são recebidos. O passivo financeiro é mensurado pelo seu valor justo a cada data de balanço e sua variação é reconhecida na rubrica despesas administrativas, na demonstração de resultado. Na data de exercício da opção e na situação de tais opções serem exercidas pelo executivo para recebimento de ações da Suzano, o passivo financeiro é reclassificado para a rubrica opções de ações outorgadas no patrimônio líquido. No caso de exercício da opção em dinheiro, a Suzano líquida o passivo financeiro em favor do executivo. **3.2.27. Benefícios a empregados:** A Companhia e suas controladas oferecem benefícios relativos à plano de aposentadoria suplementar de contribuição definida a todos os funcionários e assistência médica e seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários, sendo que para os dois últimos benefícios, anualmente, são elaborados estudos atuariais por profissional independente e são revisados pela Administração. O respectivo impacto é reconhecido na rubrica de passivos atuariais. As mensurações, que compreendem os ganhos e perdas atuariais, são reconhecidos na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial quando incorridos. Os juros incorridos, decorrentes das alterações no valor presente do passivo atuarial são registrados na rubrica de despesas financeiras, na demonstração de resultado. **3.2.28. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. **3.2.29. Subvenções e assistências governamentais:** As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas a valor justo quando há razoável segurança de que as condições estabelecidas foram cumpridas e o benefício será recebido. São registradas como receita ou redução de despesa no resultado de fruição do benefício e, posteriormente, são reclassificadas de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, quando aplicável. **3.2.30. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecida como um passivo, apurado com base na legislação societária, no estatuto social e na política de dividendos da Companhia, que estabelece que o dividendo mínimo anual é 25% do lucro líquido ajustado. Qualquer parcela excedente dos dividendos mínimos obrigatórios, caso seja declarada após a data do balanço, deve ser registrada na rubrica dividendos adicionais propostos, no patrimônio líquido, até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral. Após aprovação, é efetuada a reclassificação para o passivo circulante. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **3.2.31. Capital social:** As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Na Suzano, os custos de transação diretamente atribuíveis à oferta pública são registrados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos fiscais. **3.2.32. Reconhecimento da receita:** As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência de controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos. Para isso, a Suzano utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. Para o segmento operacional Celulose, o reconhecimento da receita baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio (“*Incoterms*”) correspondente; e (ii) tempo de trânsito (“*lead time*”), e são destinados aos mercados externo e interno. Para os

segmentos operacionais Papel e Bens de Consumo, o reconhecimento da receita, baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio (“*Incoterms*”) correspondente; e (ii) no tempo de trânsito (“*lead time*”) e são produtos destinados aos mercados externo e interno. São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança. A experiência acumulada é usada para estimar e registrar as provisões para abatimentos e descontos por meio do método de valor estimado. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. Uma provisão para reembolso (incluído em contas a receber de clientes) é reconhecida para os abatimentos e descontos estimados a pagar a clientes com relação a vendas realizadas até o fim do exercício. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm caráter de financiamento e não são descontadas ao valor presente. **3.2.33. Receitas e despesas financeiras:** Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, pela taxa efetiva de juros que inclui a amortização de custos de captação, ganhos e perdas nos instrumentos financeiros derivativos, juros sobre empréstimos e financiamentos, variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos e outros ativos e passivos financeiros e variações monetárias sobre outros ativos e passivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. **3.2.34. Resultado básico por ação:** O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferencias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. O cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação é efetuado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferencias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis, durante o exercício, somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferencias potenciais diluidoras. **3.2.35. Participação dos funcionários e administradores no resultado:** Os funcionários têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Já para os administradores são utilizadas como base as disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. As provisões para participação são reconhecidas na rubrica de salários e encargos sociais em contrapartida à rubrica de despesa administrativa, durante o período em que as metas são atingidas. **3.2.36. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes:** Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir: • controle, influência significativa e consolidação (nota 1.1.); • transações com pagamento baseado em ações (nota 22); • transferência de controle para reconhecimento da receita (nota 28); • valor justo de instrumentos financeiros (nota 4); • análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (notas 15 e 16); • perdas de crédito esperadas (nota 7); • provisão para perdas nos estoques (nota 8); • análise anual do valor recuperável de tributos (notas 9 e 12); • valor justo dos ativos biológicos (nota 13); • vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas 15 e 16); • análise anual do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) (nota 16); • provisão para passivos judiciais (nota 20); e • benefícios de aposentadoria (nota 21). A Companhia e suas controladas revisam continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. **3.3. Políticas contábeis ainda não adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2022, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor e não esperam ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **3.3.1. Alterações à CPC 26 (R1)/IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada):** As alterações do CPC 26/IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de “liquidação” para esclarecer que se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. **3.3.2. Alterações à CPC 26(R1)/IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de Políticas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023):** Alteram os requisitos do CPC 26/IAS 1 no que diz respeito à divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem todas as instâncias do termo “políticas contábeis significativas” por “informações de políticas contábeis relevantes”. As informações de políticas contábeis são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, pode-se razoavelmente esperar que influenciem as decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras. Ao aplicar as alterações, a entidade divulga suas políticas contábeis relevantes, ao invés de suas políticas contábeis significativas. Os parágrafos de suporte do CPC 26/IAS 1 também foram alterados para esclarecer que a informação da política contábil relacionados a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações de política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam materiais. No entanto, nem todas as informações de política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições materiais são, por si só, relevantes. **3.3.3. Alterações à CPC 23/IAS 8 - Definição de Estimativas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023):** A alteração substitui a definição de “mudança de estimativa contábil” por “estimativa contábil”. De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração”. A definição de mudança de estimativa contábil foi eliminada. No entanto, o IASB manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na norma, com os seguintes esclarecimentos: (i) Uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correção de um erro; e (ii) Os efeitos de uma mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil são mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da correção de erros de períodos anteriores. **3.3.4. Alterações à CPC 32/IAS 12 - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023):** As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode surgir no reconhecimento de um passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso correspondente aplicando o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos na data de início de um arrendamento. Em consonância com as alterações do CPC 32/IAS 12, uma entidade é obrigada a reconhecer os respetivos ativos e passivos diferidos, sendo que o reconhecimento de ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade do CPC 32/IAS 12. As alterações aplicam-se a transações que ocorram no ou após o início do período comparativo mais antigo apresentado. Além disso, no início do período comparativo mais antigo, uma entidade reconhece: (i) um ativo fiscal diferido (na medida em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual a diferença temporária dedutível pode ser utilizada) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a: • ativos de direito de uso e passivos de arrendamento; e • desativação, restauração e passivos semelhantes e os valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado. (ii) o efeito cumulativo da aplicação inicial das alterações como um ajuste ao saldo inicial dos lucros acumulados ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável, naquela data. **4. Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos: 4.1. Gerenciamento de riscos financeiros: 4.1.1. Visão geral:** Em decorrência de suas atividades, a Suzano está exposta a diversos riscos financeiros, os quais são gerenciados em conformidade com as Políticas de Gestão de Riscos Financeiros, de Risco de Contrapartes e Emissores, de Endividamento Financeiros, de Gestão de Derivativos e de Gestão de Caixa (“Políticas Financeiras”), as quais foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2020. Os principais fatores considerados pela Administração são: (i) liquidez; (ii) crédito; (iii) taxa de câmbio; (iv) taxas de juros; (v) oscilações de preços de *commodities*; e (vi) capital. A Administração foca na geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo, entretanto,

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>





# SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

# SUZANO

Holding

★ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

em 2022 a empresa contratou um novo empréstimo com a *International Finance Corporation* (IFC) seguindo as diretrizes dos *SLL Principles*. **4.7.3. Gestão de riscos climáticos:** A Suzano possui uma estrutura dedicada à gestão de riscos corporativos, incluindo os riscos relacionados às mudanças climáticas, com metodologias, ferramentas e processos próprios que visam garantir a identificação, a avaliação e o tratamento dos seus principais riscos de curto, médio e longo prazo. Tal estrutura, através da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, o controle das variáveis envolvidas e a definição e implementação de medidas mitigatórias, que visam reduzir as exposições identificadas. A avaliação da Suzano sobre os potenciais impactos físicos das mudanças climáticas, bem como decorrentes da transição para uma economia de baixo carbono é efetuada de forma contínua e seguirá evoluindo. **4.7.4. Oportunidades atreladas às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade:** **4.7.4.1. Geração de créditos de carbono:** A Suzano possui dois projetos para captura de carbono em andamento, sendo: (i) Projeto Cerrado de Carbono, que visa a recuperação de áreas degradadas e preservação da biodiversidade. Este projeto está na etapa de registro, com o processo de certificação ainda em andamento; (ii) Projeto Horizonte de Carbono, que visa a recuperação de áreas degradadas através do reflorestamento com plantio de árvores nativas e de eucalipto. Este projeto está na etapa de registro, com o processo de certificação ainda em andamento. No entendimento da Suzano, à medida que mais empresas se comprometam com o *net zero*, a demanda por créditos de carbono poderá aumentar e isto poderá gerar oportunidades de negócio para a Suzano. **4.7.4.2. Venda de certificados de energia renovável (RECs):** No processo produtivo da celulose há produção de vapor, o qual é empregado na geração de energia elétrica limpa, que por sua vez é utilizada no processo produtivo das fábricas. O eventual excedente de energia proveniente desta fonte renovável, não utilizado no processo produtivo, é vendido ao mercado. Este excedente de energia limpa comercializada pode ser objeto de certificação internacional de energia renovável, o chamado "I-REC (*Renewable Energy Certificate*)", onde cada REC faz prova de que 1 MWh de energia foi gerada de forma renovável, ratificando o compromisso em diminuir o impacto ambiental. **4.7.4.3. Parceria para tecido sustentável:** Diversas marcas da indústria têxtil buscam, cada vez mais, minimizar a pegada de carbono e ambiental e construir uma base circular de materiais para seus produtos. Em 2021, um exemplo de inovabilidade, foi a *joint venture* estabelecida entre a Suzano e a Spinnowa, *startup* finlandesa de inovação de materiais, que produzirá e comercializará com exclusividade fibra têxtil 100% renovável, a partir de celulose microfibrilada de eucalipto. Spinnowa vai fornecer a tecnologia de produção de fibra têxtil de forma exclusiva, enquanto a Suzano garantirá o fornecimento de celulose microfibrilada produzida a partir do eucalipto cultivado no Brasil. A produção será gerenciada e operada pela *joint venture*, com participação de 50% de cada empresa. **4.7.4.4. Títulos com cláusulas relacionadas a sustentabilidade:** Conforme divulgado na nota 4.7.2, a Suzano tem emissões de *Sustainability Linked Bonds* (SLB) e *Sustainability Linked Loan* (SLL) atreladas a indicadores de performance ambientais associados a metas de redução de gases do efeito estufa, intensidade da captura de recursos hídricos, e aspectos de diversidade e inclusão, evidenciando o compromisso da Companhia como parte da solução perante a crise climática global e em convergência à implementação de sua meta de longo prazo. Essas captações atreladas a metas de sustentabilidade possibilitam taxas diferenciadas. **4.8. Gestão do capital:** O principal objetivo é fortalecer a estrutura de capital da Suzano, buscando manter um nível de alavancagem financeira adequado, além de mitigar os riscos que podem afetar a disponibilidade de capital no desenvolvimento de negócios. A Suzano monitora constantemente indicadores significativos, tais como o índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA Ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA Ajustado ("*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization Adjusted*"). **5. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Taxa média % a.a.	Consolidado 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Caixa e bancos</b> (1)	4,37%	<b>8.066.679</b>	11.725.636	271	3.103
<b>Equivalentes de caixa</b>					
<b>Em moeda nacional</b>					
Depósito a prazo fixo (Compromissadas) do CDI	103,34%	<b>1.507.268</b>	17.017	<b>62.069</b>	2.379
<b>Em moeda estrangeira</b>					
Depósito a prazo fixo (2)		1.855.496		<b>62.340</b>	5.482
		<b>9.573.947</b>	13.598.149		

1) Refere-se substancialmente a aplicações em moeda estrangeira na modalidade *Sweep Account*, que é uma conta remunerada, cujo saldo é aplicado e disponibilizado automática e diariamente. 2) Refere-se a aplicações na modalidade *Time Deposit*, com vencimento até 90 dias, que é um depósito bancário remunerado com um período específico de vencimento e está sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. **6. Aplicações financeiras - consolidado:**

	Taxa média % a.a.	Consolidado 31/12/2022	Controladora 31/12/2021
<b>Em moeda nacional</b>			
Fundos exclusivos	<b>105,02% do CDI</b>	<b>1.208.975</b>	656.780
Títulos privados (CDBs)	<b>101,94% do CDI</b>	<b>1.827.012</b>	4.456.828
Títulos privados (CDBs) (1)	<b>102,05% do CDI</b>	<b>419.103</b>	250.054
		<b>3.455.090</b>	5.363.662
<b>Em moeda estrangeira</b>			
Títulos privados (2)	<b>3,00%</b>	<b>4.386.589</b>	2.376.369
Outros	<b>5,99%</b>	<b>124.063</b>	18.298
		<b>4.510.652</b>	2.394.667
		<b>7.965.742</b>	7.758.329
		<b>7.546.639</b>	7.508.275
<b>Circulante</b>		<b>419.103</b>	250.054
<b>Não circulante</b>			

1) Inclui depósitos em garantia (*escrow account*) que serão liberados somente após a obtenção das aprovações governamentais aplicáveis e ao cumprimento pela Suzano, das condições precedentes relativas às transações de venda de imóveis rurais. 2) Refere-se a aplicações na modalidade *Time Deposit*, com vencimento superior a 90 dias, que é um depósito bancário remunerado com um período específico de vencimento. **7. Contas a receber de clientes - consolidado: 7.1. Composição dos saldos:**

	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
<b>Cientes no país</b>		
Terceiros	<b>1.923.486</b>	1.456.679
Partes relacionadas (1)	<b>99.608</b>	73.598
<b>Cientes no exterior</b>		
Terceiros	<b>7.612.768</b>	5.043.453
(-) Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD")	<b>(21.109)</b>	(34.763)
	<b>9.614.753</b>	6.538.967

(1) O saldo consolidado refere-se às transações com a Ibema Companhia Brasileira de Papel.

A Suzano realiza cessões de crédito de certos clientes com a transferência de controle à contraparte de, substancialmente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos, de forma que esses títulos são desreconhecidos do saldo de contas a receber de clientes. Esta transação se refere a uma oportunidade de geração adicional de caixa, classificada como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado. O impacto dessas cessões de crédito sobre o saldo de contas a receber de clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$6.889.492 (R\$6.121.316 em 31 de dezembro de 2021). **7.2. Análise dos vencimentos:**

	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
<b>Valores a vencer</b>	<b>8.660.117</b>	5.980.413
<b>Valores vencidos</b>		
até 30 dias	<b>777.150</b>	518.149
31 e 60 dias	<b>74.253</b>	15.359
61 e 90 dias	<b>54.784</b>	3.087
91 e 120 dias	<b>20.975</b>	1.453
121 e 180 dias	<b>18.945</b>	3.779
A partir de 180 dias	<b>8.529</b>	16.727
	<b>9.614.753</b>	6.538.967

### 7.3. Movimentação da PECLD:

	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(34.763)</b>	(41.889)
Adição	<b>(5.228)</b>	(2.547)
Reversão	<b>3.576</b>	3.184
Baixa	<b>12.355</b>	7.078
Varição cambial	<b>2.951</b>	(589)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(21.109)</b>	(34.763)

A Suzano mantém garantias para títulos vencidos em suas operações comerciais, por meio de apólices de seguro de crédito, cartas de crédito e outras garantias. Essas garantias evitam a necessidade de parte do reconhecimento de PECLD, de acordo com a política de crédito da Suzano. **7.4. Informações sobre os principais clientes:** A Suzano possui 1 (um) cliente responsável por 10,67% da receita líquida total do

segmento operacional celulose e nenhum cliente no segmento operacional papel no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021, havia 1 (um) cliente responsável por 10,39% da receita líquida total do segmento operacional celulose e nenhum cliente no segmento operacional papel.

### 8. Estoques - consolidado:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>Produtos acabados</b>		
<b>Celulose</b>		
No Brasil	<b>616.415</b>	748.588
No exterior	<b>1.426.064</b>	1.037.760
<b>Papel</b>		
No Brasil	<b>358.973</b>	315.068
No exterior	<b>192.671</b>	95.383
<b>Produtos em elaboração</b>	<b>93.964</b>	96.140
<b>Matérias-primas</b>		
Madeira para produção	<b>1.480.616</b>	1.094.058
Insumos e embalagens	<b>716.089</b>	571.505
<b>Materiais de almoxarifado e outros</b>	<b>844.543</b>	680.583
	<b>5.729.335</b>	4.639.085

Os estoques estão apresentados líquidos da provisão para perdas.

### 8.1. Movimentação da provisão para perdas:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(91.258)</b>	(79.885)
Adição (1)	<b>(89.552)</b>	(85.110)
Reversão	<b>33.492</b>	11.536
Baixa (2)	<b>41.329</b>	62.201
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(105.989)</b>	(91.258)

1) Refere-se, substancialmente, a (i) matéria-prima no montante de R\$43.166 no consolidado (R\$38.136 no consolidado em 31 de dezembro de 2021) (ii) materiais de almoxarifado no montante de R\$ 24.502 no consolidado (R\$21.184 no consolidado em 31 de dezembro de 2021). 2) Refere-se, substancialmente aos montantes de (i) matéria-prima de R\$35.715 no consolidado (R\$47.231 no consolidado em 31 de dezembro de 2021) (ii) materiais de almoxarifado no montante de R\$5.371 no consolidado (R\$9.529 no consolidado em 31 de dezembro de 2021).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não há estoques oferecidos em garantia. **9. Tributos a recuperar:**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL - antecipações e impostos retidos	<b>180.875</b>	94.573	<b>1.004</b>	234
PIS/COFINS - sobre aquisição de imobilizado (1)	<b>89.334</b>	94.108		
PIS/COFINS - operações de ICMS (2)	<b>523.970</b>	331.241		38
PIS/COFINS - exclusão de ICMS (2)	<b>570.945</b>	582.433		
ICMS - sobre aquisição de imobilizado (3)	<b>167.286</b>	129.081		
ICMS - operações (4)	<b>1.423.375</b>	1.363.453		
Programa Reintegra (5)	<b>65.971</b>	49.265		
Outros impostos e contribuições	<b>39.057</b>	50.298		
Provisão para perda de créditos de ICMS (6)	<b>(1.103.807)</b>	(1.064.268)		
	<b>1.957.006</b>	1.630.184	<b>1.004</b>	272
<b>Circulante</b>	<b>550.643</b>	361.020	<b>1.004</b>	272
<b>Não circulante</b>	<b>1.406.363</b>	1.269.164		

1) Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"); Créditos cuja realização está atrelada ao período de depreciação do ativo correspondente. 2) A Suzano e suas controladas ajustaram ao longo dos anos ações para reconhecer o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, abrangendo períodos desde março de 1992. 3) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"): Os créditos de entrada de bens destinados ao imobilizado na Suzano são reconhecidos na proporção de 1/48 da entrada e mensalmente, conforme escrituração do ICMS Controle do ativo Imobilizado ("CIAP"). 4) Créditos de ICMS acumulados em função do volume de exportações e crédito gerado em operações de entrada de produtos: Os créditos estão concentrados nos Estados do Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Bahia, onde a Suzano busca sua realização por meio da venda a terceiros, após aprovação da Secretaria da Fazenda de cada Estado.

### 11.1. Saldos patrimoniais e montantes ocorridos no exercício de 2022 e 2021:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Transações com partes relacionadas - Consolidado</b>						
Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável	<b>3</b>	1	<b>(66)</b>		<b>(4.603)</b>	(4.399)
Ibema Companhia Brasileira de Papel (1)	<b>106.940</b>	80.511	<b>(3.705)</b>	(6.288)	<b>218.226</b>	169.965
Ensyn Corporation						1
Bexma Comercial Ltda.					<b>3.338</b>	5.093
Ficus Empreendimentos e Participações S.A.	<b>196</b>	1				
Empreendimentos Imobiliários BVF Ltda.			<b>(113)</b>	(46)		
Empreendimentos Imobiliários Imofors Ltda.			<b>(112)</b>	(45)		
Empreendimentos Imobiliários Lenar Ltda.			<b>(223)</b>	(90)		
SPLF Investimentos e Participações Ltda.			<b>6</b>	(7)		
BS Participações S.A.					<b>3.362</b>	3.290
HiperStream Sistemas e Tecnologia da Informação Ltda.					<b>864</b>	1.172
Bizma Investimentos Ltda.					<b>912</b>	878
Fundação Arymax	<b>1</b>	1			<b>1.567</b>	868
IPLF Holding S.A.					<b>4</b>	2
Mabex Representações e Participações Ltda.					<b>38</b>	10
Administradores					<b>2</b>	(137)
Outros acionistas			<b>(5)</b>	(9)	<b>(47)</b>	(422)
			<b>(5.106)</b>	(914.249)		
	<b>107.163</b>	119.435	<b>(9.324)</b>	(920.767)	<b>223.661</b>	176.321
<b>Transações com controladas diretas e indiretas</b>						
Suzano S.A.		248.789	<b>(5)</b>	(2)	<b>(91)</b>	2.621
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.		167			<b>320</b>	307
Premesa S.A.	<b>882</b>	1.279			<b>228</b>	<b>358</b>
	<b>882</b>	250.235	<b>(5)</b>	(2)	<b>457</b>	3.286
<b>Ativos com partes relacionadas - Consolidado</b>						
Contas a receber de clientes	<b>106.940</b>	80.511				
Mútuos a receber		38.921				
Outros ativos	<b>223</b>	3				
<b>Passivo com partes relacionadas - Consolidado</b>						
Fornecedores			<b>(3.705)</b>	(6.288)		
Dividendos a pagar			<b>(5.106)</b>	(914.249)		
Outros passivos			<b>(513)</b>	(230)		
	<b>107.163</b>	119.435	<b>(9.324)</b>	(920.767)		
<b>Ativos com controladas diretas</b>						
Dividendos a receber	<b>882</b>	250.068				
Outros ativos		167				
<b>Passivo com controladas diretas</b>						
Outros passivos			<b>(5)</b>	(2)		
	<b>882</b>	250.235	<b>(5)</b>	(2)		

### 11.2. Remunerações dos administradores

As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva Estatutária, reconhecidas no resultado, estão apresentadas no quadro a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Benefícios de Curto Prazo</b>				
Salário ou Pró-Labore	<b>53.602</b>	51.142	<b>3.374</b>	2.449
Benefícios Direto ou Indireto	<b>1.624</b>	1.683	<b>525</b>	803
Bônus	<b>8.432</b>	7.893	<b>1.401</b>	1.418
	<b>63.658</b>	60.718	<b>5.300</b>	4.670
<b>Benefícios de Longo Prazo</b>				
Pagamento baseado em ações	<b>36.390</b>	46.306		
	<b>100.048</b>	107.024	<b>5.300</b>	4.670

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, gratificação obrigatória e 13º salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social - INSS parte empresa) e remuneração variável como participação nos lucros, bônus e benefícios (veículo, assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação, seguro de vida e plano de previdência privada). Os benefícios de longo prazo da Suzano e suas controladas incluem o plano de opção de compra de ações e ações fantasmas para executivos e membros-chave da Administração, de acordo com as regulamentações específicas, conforme divulgado na nota 22. **12. Imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"): 12.1. Impostos diferidos:** A Companhia e suas controladas calculam o

Os créditos também estão sendo realizados por meio do consumo em suas operações de bens e consumo (*tissue*) no mercado interno. 5) Regime Especial de restituições de impostos para empresas exportadoras ("Reintegra"): Refere-se a um programa que visa restituir os custos residuais dos impostos pagos ao longo da cadeia de exportação aos contribuintes, a fim de torná-los mais competitivos nos mercados internacionais. 6) Inclui a provisão para desconto sobre venda a terceiros do crédito acumulado de ICMS no Estado do Maranhão e a provisão para perda integral do montante com baixa probabilidade de realização, das unidades dos Estados do Espírito Santo, e Bahia devido à dificuldade de sua realização. **9.1. Movimentação da provisão para perda:**

	ICMS	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(1.064.268)</b>	(1.164.782)
Adição	<b>(221.903)</b>	(62.738)
Baixa	<b>18.464</b>	1.331
Reversão (1)	<b>163.900</b>	161.921
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(1.103.807)</b>	(1.064.268)

# SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

# SUZANO

Holding

★ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

### 12.1.1. Composição do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo Fiscal	1.207.096	1.156.876		
Base negativa da contribuição social	445.250	411.074		
<b>Diferenças temporárias ativas</b>	<b>268.596</b>	<b>249.345</b>		
Provisão para passivos judiciais			1.286	1.668
Provisões operacionais e para perdas diversas	1.000.326	966.809		
Variação Cambial	4.297.503	6.555.202		
Perdas com derivativos ("MIM")		2.193.693		
Amortização da mais-valia oriunda da combinação de negócios	680.142	699.535		
Lucro não realizado nos estoques	363.052	298.888		
Arrendamento	364.838	373.372		
	<b>8.626.803</b>	<b>12.904.794</b>	<b>1.286</b>	<b>1.668</b>

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Diferenças temporárias passivas</b>				
Ágio - Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	1.023.103	746.489		
Imobilizado - custo atribuído	1.217.349	1.316.859		
Depreciação acelerada incentivada	869.997	944.949		
Custo de transação	210.834	99.399		
Valor justo dos ativos biológicos	703.274	430.966		
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre mais/menos-valia alocado, líquido	398.950	427.313		
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS	194.121	198.027		
Ganho com derivativos ("MIM")	9.164			
Demais diferenças temporárias	13.430	9.283		
	<b>4.640.222</b>	<b>4.173.285</b>		
	<b>3.987.713</b>	<b>8.731.608</b>	<b>1.286</b>	<b>1.668</b>

### Ativo não circulante

Passivo não circulante	1.132	99		
------------------------	-------	----	--	--

Os prejuízos fiscais e a depreciação acelerada incentivada são alcançadas somente pelo IRPJ, e a base negativa da contribuição social somente pela CSLL, as demais bases tributáveis foram sujeitas a ambos os tributos. **12.1.2. Composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social:**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo fiscal a compensar	4.917.922	4.708.313	71.604	63.184
Base negativa da contribuição social a compensar	5.016.179	4.627.717	54.227	45.807

### 12.1.3. Movimentação do saldo líquido das contas de impostos diferidos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>No início do exercício</b>	<b>8.731.509</b>	<b>8.677.840</b>	<b>1.668</b>	<b>1.564</b>
Prejuízo fiscal	50.220	143.868		
Base negativa da contribuição social	34.176	81.662		
Provisão (reversão) para passivos judiciais	19.251	16.245		
Provisão (reversão) de provisões operacionais e para perdas diversas	33.603	(53.298)	(382)	104
Variação cambial	(2.257.699)	442.296		
Ganhos com derivativos ("MIM")	(2.202.857)	(110.140)		
Amortização da mais e menos-valia oriunda da combinação de negócios	8.970	22.996		
Lucro não realizado nos estoques	64.164	122.041		
Arrendamento	(8.534)	86.306		
Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	(276.614)	(276.614)		
Imobilizado - custo atribuído	99.510	68.783		
Depreciação acelerada incentivada	74.952	80.187		
Custos de transação	(111.435)	10.637		
Valor justo do ativo biológico	(272.308)	(225.586)		
Impostos diferidos sobre o resultado de controladas no exterior		(33.893)		
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS	3.906	(154.468)		
Demais diferenças temporárias	(4.233)	(167.353)		
<b>No final do exercício</b>	<b>3.986.581</b>	<b>8.731.509</b>	<b>1.286</b>	<b>1.668</b>

**12.1.4. Período estimado de realização:** A projeção de realização dos impostos diferidos de natureza ativa foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração da Suzano que são baseadas em premissas significativas, como preço de venda médio líquido da celulose e do papel e preço de transferência com sua controlada na Áustria. Todavia, há outras premissas que não estão sob o controle da Suzano e suas controladas, como índices de inflação, câmbio, preços de celulose praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir daqueles considerados na preparação da projeção consolidada, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado	
2023	3.079.493	
2024	872.910	
2025	112.461	
2026	817.251	
2027	106.069	
2028 a 2030	1.452.452	
2031 a 2032	2.186.167	
	<b>8.626.803</b>	

### 12.2. Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado líquido:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado	28.653.549	8.831.899	6.459.997	2.349.310
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	(9.742.207)	(3.002.844)	(2.196.399)	(798.765)
<b>Efeito tributário sobre diferenças permanentes</b>				
Tributação (diferença) de resultado de controladas no Brasil e no exterior <sup>(1)</sup>	4.915.243	3.445.206		
Resultado de equivalência patrimonial	96.722	44.309	2.198.859	801.336
Juros pagos e não dedutíveis em transações com controladas ("Subcapitalização") <sup>(2)</sup>	(505.553)	(603.612)		
Crédito Programa Reintegra	7.829	7.398		
Incentivos fiscais aplicáveis <sup>(3)</sup>	51.839	16.443		
Gratificações dos Diretores	(12.208)	(15.656)		
Créditos Fiscais não constituídos sobre prejuízo fiscal e base negativa	(2.967)	(2.489)	(2.862)	(2.489)
Baixa de créditos tributários, doações, multas e outros	(69.841)	(86.071)	20	23
	<b>(5.261.143)</b>	<b>(197.316)</b>	<b>(382)</b>	<b>105</b>

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Imposto de renda</b>				
Corrente	(464.409)	(276.466)		
Diferido	(3.485.491)	69.788	(281)	77
	<b>(3.949.900)</b>	<b>(206.678)</b>	<b>(281)</b>	<b>77</b>

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Contribuição social</b>				
Corrente	(46.641)	(15.713)		
Diferido	(1.264.602)	25.075	(101)	28
	<b>(1.311.243)</b>	<b>9.362</b>	<b>(101)</b>	<b>28</b>

### Resultado com imposto de renda e contribuição social no exercício

Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL	18,36%	2,23%	0,01%	(0,00%)
---------------------------------------------	--------	-------	-------	---------

1) O efeito da diferença de tributação de empresas controladas deve-se, substancialmente, à diferença entre as alíquotas nominais do Brasil e controladas no Brasil e no exterior. 2) As regras brasileiras de subcapitalização ("thin capitalization") estabelecem que os juros pagos ou creditados por uma entidade brasileira a uma parte relacionada no exterior só podem ser deduzidos para fins de imposto de renda e para contribuição social, se a despesa de juros for vista como necessária para as atividades da entidade local e quando determinados limites e requisitos forem atendidos. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Suzano não atendia a todos os limites e requisitos para a dedutibilidade. 3) Dedução do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são referentes a utilização dos

benefícios (i) incentivos fiscais aplicáveis ao ICMS, (ii) lucro da exploração, (iii) gastos com pesquisa e desenvolvimento, (iv) PAT ("Programa de Alimentação do Trabalhador"), (v) doações realizadas em projetos de caráter cultural, (vi) fundos de direito da criança e adolescente, (vii) incentivos ao desporto, (viii) fundos do idoso e (ix) prorrogação da licença maternidade e paternidade.

**12.3. Incentivos fiscais:** A Suzano possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda obtido pelas operações conduzidas em áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") e em áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"). O incentivo de redução do IRPJ é calculado com base no lucro da atividade (lucro da exploração) e considera a alocação do lucro operacional pelos níveis de produção incentivada para cada produto.

Área/Região	Companhia	Vencimento
<b>Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE")</b>		
Mucuri (BA) - Linha 1	Suzano	2024
Mucuri (BA) - Linha 2	Suzano	2027
Eunápolis (BA)	Veracel	2025
Imperatriz (MA)	Suzano	2024
Aracruz (ES)	Portocel	2030
Aracruz (ES)	Suzano	2031
<b>Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM")</b>		
Belém (PA)	Suzano	2025

### 13. Ativos biológicos

A movimentação dos ativos biológicos está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>12.248.732</b>	<b>11.161.210</b>
Adição	4.957.380	3.807.608
Exaustão	(3.665.057)	(3.189.726)
Transferência		23.471
Ganho na atualização do valor justo	1.199.759	763.091
Alienação	(82.331)	(211.433)
Outras baixas	(26.297)	(105.489)
	<b>14.632.186</b>	<b>12.248.732</b>

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos se enquadra no nível 3 da hierarquia estabelecida no CPC 46/IFRS 13 - Mensurações do Valor Justo, devido à complexidade e estrutura do cálculo. As principais premissas Incremento Médio Anual ("IMA"), taxa de desconto e preço bruto médio de venda do eucalipto, destacam-se como sendo as principais, notadamente pela maior sensibilidade, ou seja, onde aumentos ou reduções geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo. As premissas utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foram: i) Ciclo médio de formação florestal de 6 e 7 anos; ii) Áreas úteis plantadas de florestas a partir do 3º ano de plantio; iii) O IMA que consiste no volume estimado de madeira com casca em m<sup>3</sup> por hectare, apurado com base no material genético aplicado em cada região, práticas silviculturais e de manejo florestal, potencial produtivo, fatores climáticos e de condições do solo; iv) O custo-padrão médio por hectare estimado contempla gastos com silvicultura e manejo florestal, aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico das florestas, acrescidos do custo dos contratos de arrendamento de terras e do custo de oportunidade das terras próprias; v) Os preços brutos médios de venda do eucalipto foram baseados em pesquisas especializadas em transações realizadas pela Suzano com terceiros independentes; e vi) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa é calculada com base em estrutura de capital e demais premissas econômicas para um participante de mercado independente de comercialização de madeira em pé (florestas). A mensuração das premissas consolidadas utilizadas é apresentada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Área útil plantada (hectare)	1.097.081	1.060.806
Ativos maduros	134.752	138.739
Ativos imaturos	962.329	922.067
Incremento médio anual (IMA) - m <sup>3</sup> /hectare/ano	37,07	37,58
Preço médio de venda do eucalipto - R\$/m <sup>3</sup>	90,16	76,38
Taxa de desconto - % (após os impostos)	9,1%	8,9%

O modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro com base nas alíquotas vigentes. A variação do valor justo dos ativos biológicos justificada pela variação dos indicadores acima mencionados, que combinados, resultaram em uma variação positiva de R\$1.199.759 no consolidado, reconhecida na rubrica outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (nota 30).

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Mudanças físicas</b>	<b>(37.088)</b>	<b>148.190</b>
Preço	1.236.847	614.901
	<b>1.199.759</b>	<b>763.091</b>

A Suzano administra os riscos financeiros e climáticos relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Para redução dos riscos decorrentes de fatores edafoclimáticos, é realizado monitoramento através de estações meteorológicas e, nos casos de ocorrência de pragas e doenças, o Departamento de Pesquisa e

Desenvolvimento Florestal, uma área da Suzano especializada em fisiologia e fitossanidade, adota procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas (nota 4.7). A Suzano não possui ativos biológicos oferecidos em garantia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **14. Investimentos:** **14.1. Composição dos investimentos, líquidos:** Posição e movimentação dos investimentos em controladas:

	Suzano		Nemonorte	
	S.A. (1)	Premesa S.A.	Part. Ltda.	Imóveis e Total
a) Participação no capital em 31 de dezembro de 2022				
Quantidade de ações ou cotas possuídas				
Ações ordinárias	367.612.329	21.572		
Capital votante/total <sup>(2)</sup>	28,08%	98,65%		
b) Informações das controladas em 31 de dezembro de 2022				
Ativo	133.197.968	13.822		
Passivo	100.031.602	1.151		
Patrimônio líquido	33.166.366	12.995		
Capital social	9.235.546	5.731		
Resultado do período	23.394.887	3.295		
c) Investimentos				
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.970.400	9.699	(5)	1.980.094
Equivalência patrimonial	2.351.701	5.386	(215)	2.356.872
Aumento de capital				374
Participação no ajuste de avaliação patrimonial <sup>(3)</sup>	34.189			34.189
Dividendos <sup>(4)</sup>	(248.790)	(1.279)		(250.069)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<b>4.107.500</b>	<b>13.806</b>	<b>154</b>	<b>4.121.460</b>
Equivalência patrimonial	<b>6.464.163</b>	<b>3.238</b>	<b>(170)</b>	<b>6.467.231</b>
Aumento de capital com créditos <sup>(5)</sup>				375
Aumento de capital na Premesa com a participação na Nemonorte <sup>(5)</sup>		359	(359)	
Participação no ajuste de avaliação patrimonial <sup>(3)</sup>	(73.552)			(73.552)
Dividendos <sup>(4)</sup>	(901.380)	(4.583)		(905.963)
Perda apurada na recompra de ações pela controlada <sup>(6)</sup>	(314.550)			(314.550)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<b>9.282.181</b>	<b>12.820</b>		<b>9.295.001</b>

(1) Última cotação em bolsa por ação ordinária - R\$ 48,24 em 29 de dezembro de 2022, o valor de mercado desse investimento naquela data era de R\$ 17.733.619; (2) Em 28 de setembro de 2017 David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer, Ruben Feffer e Suzano Holding S.A. celebraram Acordo de Voto para regular, dentre outras avenças, o exercício do direito de voto relacionado às ações de emissão da Suzano de sua titularidade e vinculadas ao referido Acordo de Voto, as quais representavam, em conjunto, naquela data, 50,035% do capital social da Suzano, nos termos previsto no Acordo de Voto. A contraprestação paga para a aquisição do controle da Fibria se deu parte em dinheiro e parte em ações da Suzano. Com a emissão de novas ações da Suzano em favor dos então acionistas da Fibria, houve diluição da participação da Companhia na Suzano, fazendo com que ela caísse para abaixo de 50%, mesmo considerando o Acordo de Voto descrito no parágrafo acima. Essa situação requer que a administração avalie se o controle é mantido, especialmente quando perdendo a condição de acionista majoritário. A administração avaliou os fatos e circunstâncias mais relevantes, quantitativa e qualitativamente, incluindo a dispersão acionária, e concluiu, apoiada em opinião de assessores externos, pela existência do de facto control i.e. a Companhia tem a habilidade prática de controlar a Suzano. Por consequência, concluiu pela manutenção da consolidação da Suzano, mesmo após a conclusão da aquisição da Fibria; (3) Participação no ajuste de avaliação patrimonial, decorrente de alterações de participação acionária, ganho atuarial e variação cambial reconhecida pela controlada; (4) Dividendos classificados no fluxo de caixa como atividade de investimentos; (5) Em 31 de agosto de 2022, a Companhia integralizou o capital da Nemonorte Imóveis e Participações Ltda., com créditos de adiantamento para futuro aumento de capital. Em 27 de setembro de 2022, a Companhia integralizou o capital da Premesa S.A., com a participação da Nemonorte Imóveis e Participações Ltda., representado por 602 ações ordinárias; (6) Em 04 de maio de 2022, a Suzano aprovou o programa de recompra de ações ordinárias de sua própria emissão, encerrado em 03 de agosto de 2022 com a recompra de 20.000.000 de ações ordinárias. Em 27 de julho de 2022, a Suzano aprovou um novo programa de recompra de ações ordinárias de sua própria emissão, encerrado em 27 de setembro de 2022 com a recompra de 20.000.000 de ações ordinárias. Com essa operação, a Companhia aumentou o percentual de participação de 27,25% para 28,08%, e registrou uma perda de R\$ 314.549 no Investimento contra Reserva de Capital no Patrimônio Líquido.

### 15. Imobilizado - consolidado

	Terrenos		Máquinas, equipamentos e instalações		Imobilizado em andamento		Outros <sup>(1)</sup>		Consolidado	
		Imóveis								Total
		3,57		5,97				16,52		
	9.912.313	9.203.167	43.184.495	883.384	1.060.548	64.243.907				

## SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

SUZANO  
Holding

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

## 16.2. Ativos intangíveis com vida útil definida:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
No início do exercício	8.014.740	8.741.949
Adições	90.499	285.278
Baixas	(51)	
Amortização	(966.796)	(973.516)
Transferências e outros	34.791	(38.971)
No final do exercício	7.173.183	8.014.740
Representados por	Taxa média %a.a.	
Acordo de não competição	5,0 e 46,10	5,128
Concessão de portos (1)	4,30	554.832
Contratos arrendamentos	16,90	14.374
Contratos de fornecedores	12,90	55.554
Contratos serviços portuários	4,20	579.289
Cultivares	14,30	61.176
Marcas e patentes	10,00	10.935
Relacionamento com clientes	9,10	5.746.860
Relacionamento com fornecedor	17,60	21.427
Softwares	20,00	113.946
Outros (1)	3,72	9.662
	7.173.183	8.014.740

1) A variação do saldo consolidado refere-se, substancialmente, à entrada em operação do Porto de Itaqui, em São Luís, Maranhão.

## 17. Fornecedores - consolidado:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Em moeda nacional		
Partes relacionadas (nota 11) (1)	3.776	6.288
Terceiros (2) (3)	4.171.988	2.677.052
Em moeda estrangeira		
Terceiros (3)	2.030.806	605.557
	6.206.570	3.288.897

1) O saldo consolidado refere-se, substancialmente, a transações com Ibeama Companhia Brasileira de Papel. 2) Dentro do saldo de fornecedores existem valores que foram objeto de antecipação com instituições financeiras por opção exclusiva de determinados fornecedores (Risco Sacado), sem alteração das condições de compra originalmente definidas (prazos de pagamentos e preços negociados). O saldo relativo a tais operações em 31 de dezembro de 2022 é de R\$416.643 (R\$180.075 em 31 de dezembro de 2021) no consolidado. 3) Variação refere-se, substancialmente, ao saldo de fornecedores do Projeto Cerrado, sendo R\$625.645 em moeda nacional e R\$1.370.833 em moeda estrangeira.

## 18. Empréstimos, financiamentos e debêntures - consolidado: 18.1. Abertura por modalidade:

Modalidade	Indexador	Encargo médio % a.a.	Circulante		Não circulante		Total	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Em moeda estrangeira</b>								
BNDES	UMB	5,22	11.207	14.399		11.952	11.207	26.351
Bonds	Fixo	4,99	907.059	972.053	43.218.286	46.253.007	44.125.345	47.225.060
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	LIBOR/Fixo	5,69	156.156	818.896	16.779.064	17.916.691	16.935.220	18.735.587
Financiamento de ativos	SOFRR	3,76	26.755		113.217		139.972	
Outros			5.980	782			5.980	782
			1.107.157	1.806.130	60.110.567	64.181.650	61.217.724	65.987.780
<b>Em moeda nacional</b>								
BNDES	TJLP	8,36	69.495	67.499	246.004	312.077	315.499	379.576
BNDES	TLP	12,01	41.640	32.854	1.775.991	703.502	1.817.631	736.356
BNDES	Fixo	4,70	18.666	24.672	4.011	22.611	22.677	47.283
BNDES	SELIC	15,24	67.115	35.086	814.320	782.685	881.435	817.771
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	CDI/IPCA	12,71	1.829.966	1.561.639		1.687.560	1.829.966	3.249.199
NCE ("Nota de Crédito à Exportação")	CDI	12,77	76.463	39.535	1.277.616	1.276.330	1.354.079	1.315.865
NCR ("Nota de Crédito Rural")	CDI	12,74	13.144	7.335	274.127	273.852	287.271	281.187
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	Fixo	8,06	77.694	77.694	1.315.813	1.314.737	1.393.507	1.392.431
Debêntures	CDI	14,21	33.689	21.980	5.421.113	5.418.088	5.454.802	5.440.068
Outros (menos valia de combinação de negócios)				(18.887)				(18.887)
			2.227.872	1.849.407	11.128.995	11.791.442	13.356.867	13.640.849
Juros sobre financiamento			3.335.029	3.655.537	71.239.562	75.973.092	74.574.591	79.628.629
Financiamentos captados a longo prazo			1.238.623	1.204.490			1.238.623	1.204.490
			2.096.406	2.451.047	71.239.562	75.973.092	73.335.968	78.424.139
			3.335.029	3.655.537	71.239.562	75.973.092	74.574.591	79.628.629

## 18.2. Movimentação dos empréstimos e financiamentos e debêntures:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
No início do exercício	79.628.629	72.899.882
Captações líquidas de custo de transação, ágio e deságio	1.335.715	16.991.962
Juros apropriados	4.007.737	3.207.278
Prêmio sobre a liquidação antecipada		260.289
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(3.949.020)	4.847.320
Pagamento de principal	(2.517.934)	(15.469.423)
Pagamento de juros	(4.019.072)	(2.953.573)
Pagamento de prêmio sobre a liquidação antecipada		(260.289)
Amortização de custo de transação, ágio e deságio	69.649	103.246
Outras (menos valia de combinação de negócios)	18.887	1.937
No fim do exercício	74.574.591	79.628.629

## 18.3. Cronograma de vencimentos - não circulante:

	Consolidado	
	2024	Total
<b>Em moeda estrangeira</b>		
Bonds	1.760.338	3.218.286
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	1.971.131	16.779.064
Financiamentos de ativos	27.608	113.217
	1.998.739	60.110.567
<b>Em moeda nacional</b>		
BNDES - TJLP	47.976	246.004
BNDES - TLP	40.092	1.775.991
BNDES - Fixo	4.011	22.677
BNDES - Selic	56.665	881.435
NCE ("Nota de crédito à exportação")	203.766	1.315.813
NCR ("Nota de Crédito Rural")	640.800	274.127
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	1.315.813	1.315.813
Debêntures	2.340.550	5.421.113
	3.463.296	71.239.562

## 18.4. Abertura por moeda:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Real	13.347.244	13.629.978
Dólar dos Estados Unidos da América	61.216.140	65.972.300
Cesta de moedas	11.207	26.351
	74.574.591	79.628.629

## 18.5. Custos de captação: O custo de captação é amortizado com base nas vigências dos contratos e taxa de juros efetiva.

Modalidade	Saldo a amortizar	
	Custo	Amortização
Bonds	434.970	224.148
CRA e NCE	125.222	114.384
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	191.710	116.190
Debêntures	24.467	14.483
BNDES	63.588	51.572
Outros	18.147	17.274
	858.104	538.051

18.6. Operações relevantes contratadas no exercício: 18.6.1. BNDES: Em 29 de março de 2022, a Suzano captou junto ao BNDES o valor de R\$243.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP"), mais juros fixos de 2,33% a.a., com 2 (dois) anos de carência de principal e vencimento em maio de 2036. Os recursos foram destinados a projetos da área industrial. Em 29 de setembro de 2022, a Suzano captou junto ao BNDES o valor de R\$50.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP"), mais juros fixos de 1,77% a.a., com 7 (sete) anos de carência de principal e vencimento em novembro de 2034. Os recursos foram destinados a projetos da área florestal. Em 29 de novembro de 2022, a Suzano captou junto ao BNDES o valor de R\$400.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP"), mais juros fixos de 1,75% a.a., com 2 (dois) anos de carência de principal e vencimento em outubro de 2042. Os recursos foram destinados a projetos da área industrial. Em 27 de dezembro de 2022, a Suzano captou junto ao BNDES o valor de R\$400.000 indexados pela taxa de juros Taxa de Longo Prazo ("TLP"), mais juros fixos de 1,65% a.a., com 7 (sete) anos de carência de principal e vencimento em dezembro de 2037. Os recursos foram destinados a projetos da área florestal. 18.6.2. Export Credit Supported Facility: Em 1º de novembro de 2022, a Suzano obteve uma nova linha de crédito (Export Credit Supported Facility) que será financiada pela Finnish Export Credit - FEC e garantida pela Finnvera, agência finlandesa de crédito à exportação, no montante de até US\$800.000, ou o equivalente em euros na data em que o crédito for utilizado. O custo financeiro da nova linha de crédito é de 4,63% a.a., com prazo total de amortização de 10 (dez) anos, a ser iniciado em 2025. Os recursos serão destinados ao Projeto Cerrado. Até 31 de dezembro de 2022, a linha não havia sido desembolsada pela Suzano. 18.6.3. International Finance Corporation (IFC) A&B Loan - Sustainability Linked Loan (SLL): Em 22 de dezembro de 2022, a Suzano concluiu a contratação de uma nova linha de crédito ("A&B Loan") que será financiado pelo

International Finance Corporation (IFC) e um sindicato de bancos comerciais, em um montante total de US\$600.000. O financiamento é composto pelas seguintes partes: (i) "A-loan", no montante de US\$250.000 com recursos próprios do IFC, ao custo de Term SOFR + 1,80% a.a. e prazo total de oito anos, com carência de principal de seis anos; e (ii) "B-Loan", um empréstimo sindicalizado no valor de US\$350.000 ao custo de Term SOFR + 1,60% a.a. e prazo total de sete anos, com carência de principal de cinco anos. Até 31 de dezembro de 2022, a linha não havia sido utilizada pela Suzano. A nova operação de crédito possui indicadores de performance de sustentabilidade (KPIs) associados a metas de: (a) redução de intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE); e (b) aumento da representatividade de mulheres ocupando posição de liderança na Suzano. Os recursos serão destinados ao Projeto Cerrado. 18.7. Operações relevantes liquidadas no exercício: 18.7.1. Liquidação CRA: Em 14 de janeiro de 2022, a Suzano liquidou um contrato de CRA, no valor de R\$761.572 (principal e juros), com vencimento original em janeiro de 2022 e ao custo de 99% a.a. da taxa do Depósito Interbancário ("DI"). Em 21 de setembro de 2022, a Suzano liquidou um contrato de CRA, no valor de R\$803.385 (principal e juros), com vencimento original em setembro de 2022 e ao custo de 97% a.a. da taxa do Depósito Interbancário ("DI"). 18.7.2. Pré-pagamento de exportação ("PPE"): Em 19 de dezembro de 2022, a Suzano, por meio de sua subsidiária Suzano Pulp and Paper Europe S.A., liquidou o contrato de pré-pagamento de exportação no valor de US\$140.971 (principal e juros), com vencimento original em dezembro de 2022 e ao custo de 1,35% a.a. 18.8. Garantias: Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas de garantia, nas quais são oferecidos os próprios equipamentos financiados ou outros ativos imobilizados são indicados pela Suzano, conforme divulgado na nota 15.1. A Companhia não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras (covenants financeiros) a serem cumpridos. 19. Arrendamento: 19.1. Direito de uso: A movimentação é apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	Terras e terrenos	Máquinas e equipamentos	Navios e embarcações	Veículos
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.288.061	85.265	92.461	1.877.319
Adições/atualizações	885.272	20.646	52.299	1.861
Depreciações (1)	(304.922)	(19.447)	(55.309)	(125.190)
Baixas (2)				(4.319)
				(5.982)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.868.411	86.464	89.451	1.748.008
Adições/atualizações	849.996	66.821	61.852	4.216
Depreciações (1)	(360.225)	(40.732)	(64.981)	(2.303)
Baixas (2)	(75.026)			(75.026)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.283.156	112.553	86.322	1.623.118
				4.643
				5.109.792
				566

1) O montante de depreciação relativo às terras e terrenos foi reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação. 2) Baixa decorrente de cancelamento de contratos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas controladas não estão comprometidas com contrato de arrendamento ainda não iniciado. 19.2. Contas a pagar de arrendamento: O saldo de contas a pagar de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, mensurados a valor presente e descontados pelas respectivas taxas de descontos são apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	Taxa média de desconto % a.a. (1)	Vencimento final (2)	Valor presente do passivo	
Terras e terrenos		12,37	Setembro/2049	3.512.006
Máquinas e equipamentos		11,22	Abril/2035	184.861
Imóveis		10,38	Maior/2031	79.240
Navios e embarcações		11,39	Fevereiro/2039	2.402.672
Veículos		10,04	Outubro/2023	4.450
				6.183.229

1) Para determinação das taxas de desconto, foram obtidas cotações junto a instituições financeiras para contratos com características e prazos médios semelhantes aos contratos de arrendamento. 2) Referem-se aos vencimentos originais dos contratos e, portanto, não consideram eventuais cláusulas de renovação.

A Suzano possuía transações de subarrendamento de 2 (dois) navios, as quais estavam vigentes desde 8 de fevereiro de 2021, que se encerrou em janeiro de 2022, e uma segunda transação iniciada em 11 de maio de 2021, que se encerrou em maio de 2022. Não haverá renovação de nenhuma das transações. A movimentação é apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 31 de dezembro de 2020			5.193.534	1.774
Adições			964.761	242
Baixas			(5.982)	
Pagamentos			(1.013.031)	(894)
Apropriação de encargos financeiros (1)			560.799	180
Variação cambial			194.415	
Saldos em 31 de dezembro de 2021			5.894.496	1.302
Adições			982.979	299
Baixa			(75.026)	
Pagamentos			(1.045.135)	(1.016)
Apropriação de encargos financeiros (1)			612.156	114
Variação cambial			(186.241)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022			6.183.229	699
Circulante			672.873	699
Não circulante			5.510.356	

1) Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 178.428 no consolidado (R\$132.685 no consolidado em 31 de dezembro de 2021), foi reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para a composição do custo de formação. O cronograma de desembolsos futuros não descontados a valor presente, relativos ao passivo de arrendamento, está divulgado na nota 4.2. 19.2.1. Valores reconhecidos no resultado do exercício: A posição dos saldos é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativos de curto prazo	6.836	5.239
Ativos de baixo valor	1.580	3.413
	8.416	8.652

## 19.2.2. Fluxo projetado com inflação

Os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo real		
Direito de uso	5.109.792	4.795.064
Passivo de arrendamento	11.055.010	10.678.010
Encargos financeiros	(4.871.781)	(4.783.514)
	6.183.229	5.894.496

## Fluxo inflacionado

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Direito de uso	6.246.527	5.693.152
Passivo de arrendamento		

# SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

# SUZANO

Holding

★ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

**20.1.1. Tributários e previdenciários:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Suzano possui 31 (trinta e um) (50 (cinquenta) em 31 de dezembro de 2021) processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária, nos quais são discutidas matérias relativas diversos tributos, tais como Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Programas de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Contribuição Previdenciária, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), entre outros, cujos valores são provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pela assessoria jurídica externa da Suzano e pela Administração. **20.1.2. Trabalhistas** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Suzano possui 1.117 (hum mil cento e dezessete) (987 (novecentos e oitenta e sete) em 31 de dezembro de 2021) processos trabalhistas. Em geral, os processos trabalhistas provisionados estão relacionados, principalmente, a questões frequentemente contestadas por empregados de empresas agroindustriais, como certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para prestação de serviços para a Suzano. **20.1.3. Cíveis, ambientais e imobiliários:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Suzano possui 66 (sessenta e seis) (57 (cinquenta e sete) em 31 de dezembro de 2021) processos cíveis, ambientais e imobiliários. Os processos cíveis, ambientais e imobiliários provisionados estão relacionados, principalmente, a matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de obrigações contratuais, acidente de trânsito, ações possessórias, obrigações de restauração ambiental, dentre outras. **20.2. Processos com risco de perda possível:** A Suzano possui contingências de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja expectativa de perda, avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos, está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Tributários e previdenciários <sup>(1)</sup>	8.201.246	7.539.938
Trabalhistas	321.428	211.767
Cíveis, ambientais e imobiliários <sup>(1)</sup>	4.414.877	3.691.778
	12.937.551	11.443.483

1) Valores líquidos do saldo de menos valia alocado aos processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$2.614.518 no consolidado (R\$2.515.486 no consolidado em 31 de dezembro de 2021), que foram registradas pelo valor justo resultante das combinações de negócios com Fibria, em conformidade com o parágrafo 23 do CPC15/IFRS 3, conforme apresentado na nota 20.1.1 acima.

**20.2.1. Tributários e previdenciários:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Suzano possui 766 (setecentos e sessenta e seis) processos tributários e previdenciários no total de R\$8.201.246 (766 (setecentos e sessenta e seis) processos no total de R\$7.539.938 em 31 de dezembro de 2021). Os demais processos tributários e previdenciários referem-se a diversos tributos, tais como Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Contribuição Previdenciária, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), Imposto Sobre Serviço ("ISS"), Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), principalmente devido a divergências na interpretação das normas tributárias aplicáveis e informações fornecidas em obrigações acessórias. A seguir, são divulgadas as contingências relevantes referentes às seguintes matérias: (i) Auto de infração - IRPJ/CSLL - permuta de ativos industriais e florestais: em dezembro de 2012, a Suzano foi autuada pela Receita Federal do Brasil para cobrança de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sob a suposta alegação de existência de ganho de capital não tributado, em fevereiro de 2007, data de fechamento da operação onde a Suzano efetuou uma permuta de ativos industriais e florestais com a International Paper. Em 19 de janeiro de 2016, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") julgou improcedente, por voto de qualidade do Presidente do CARF, o recurso apresentado pela Companhia no processo administrativo. A Suzano foi intimada da decisão em 25 de maio de 2016, de forma que, tendo em vista a impossibilidade de novos recursos e o consequente encerramento do caso na esfera administrativa, decidiu prosseguir com a discussão perante o Poder Judiciário, que está devidamente garantida. A ação judicial foi julgada de maneira favorável aos interesses da Suzano e atualmente aguarda-se o julgamento do recurso de apelação da Fazenda Nacional. Foi mantido o posicionamento de não constituir provisão para contingências, uma vez que em seu entendimento e de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R\$2.505.970 (R\$2.351.673 em 31 de dezembro de 2021). (ii) Auto de infração - IRPJ/CSLL - glosa da depreciação, amortização e exaustão - período 2010: em dezembro de 2015, a Suzano foi autuada para cobrança de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sob a suposta alegação de indebitabilidade das despesas de depreciação, amortização e exaustão utilizadas pela Suzano em sua apuração no ano-calendário de 2010. A Suzano apresentou Impugnação administrativa, julgada parcialmente procedente. Referida decisão foi objeto de recurso voluntário, apresentado pela Suzano em novembro de 2017. O julgamento foi convertido em diligência e, atualmente aguarda-se a conclusão da diligência determinada pelo CARF. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R\$777.362 (R\$728.567 em 31 de dezembro de 2021). (iii) IRPJ/CSLL - homologação parcial - período 1997: a Suzano deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de saldo negativo apurado no ano de 1997 com débitos devidos à Receita Federal do Brasil ("RFB"). Em março de 2009, a RFB homologou apenas R\$83.000, gerando uma diferença de R\$51.000. A Suzano aguarda ainda conclusão da análise dos créditos discutidos em esfera administrativa após decisão favorável do CARF em agosto de 2019, que deu provimento ao recurso voluntário interposto pela Suzano. Para outra parte do crédito, a Suzano ajuizou ação para discutir a exigibilidade do saldo devedor, a qual aguarda julgamento em segunda instância do seu Recurso de Apelação, interposto após sentença de julgamento improcedente a ação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R\$111.775 (R\$106.811 em 31 de dezembro de 2021). (iv) Incentivos fiscais - Agência de Desenvolvimento do Nordeste ("ADENE"): em 2002, a Suzano pleiteou e teve reconhecido pela Secretaria da Receita Federal (SRF), sob a condição de realizar novos investimentos em suas unidades localizadas na área de abrangência da ADENE, o direito de usufruir do benefício da redução do IRPJ e adicionais, não restituíveis, apurados sobre o lucro da exploração, para as fábricas A e B (período de 2003 a 2013) e fábrica C (período de 2003 a 2012), todas da unidade Aracruz, depois de ter aprovado com a SUDENE os devidos laudos constitutivos. Em 2004, a Suzano recebeu ofício do inventariante extrajudicial da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), informando que o direito à fruição do benefício anteriormente concedido foi julgado improcedente, de forma que providenciaria a sua revogação. Em 2005, foi lavrado auto de infração exigindo supostos valores relativos ao incentivo fiscal até então usufruído. Após discussão administrativa, o auto de infração foi julgado parcialmente procedente no sentido de reconhecer o direito da Suzano de usufruir do incentivo fiscal devido até o ano de 2003. A Administração da Suzano, assessorada por seus consultores jurídicos, acredita que a decisão de cancelamento dos referidos benefícios fiscais é equivocada e não deve prevalecer, seja com respeito aos benefícios já usufruídos, seja em relação aos benefícios não usufruídos até os respectivos prazos finais. Atualmente a contingência é discutida na esfera judicial, onde se aguarda julgamento definitivo dos Embargos de Declaração apresentados pela Suzano após decisão de 1ª instância desfavorável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R\$136.733 (R\$129.701 em 31 de dezembro de 2021). (v) PIS/COFINS - Bens e Serviços - 2009 a 2011: em dezembro de 2013, a Suzano foi autuada pela Receita Federal do Brasil exigindo a cobrança de créditos de PIS e COFINS glosados por não estarem supostamente vinculadas às suas atividades operacionais. Em primeira instância, a impugnação apresentada pela Suzano foi julgada improcedente. Interposto o Recurso Voluntário, este foi provido parcialmente em abril de 2016. Desta decisão, a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial à Câmara Superior, ainda pendente de julgamento, e a Suzano opôs Embargos de Declaração, parcialmente admitidos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R\$180.219 (R\$169.784 em 31 de dezembro de 2021). (vi) Compensação - IRRF - período 2000: a Suzano deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de IRRF apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2000 com débitos devidos à Receita Federal do Brasil. Em abril de 2008, a Receita Federal do Brasil reconheceu parcialmente o crédito em favor da Suzano. Desta decisão, a Suzano interpôs Recurso Voluntário ao CARF e o julgamento foi convertido em diligência. Atualmente, aguarda-se o início da diligência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R\$116.105 (R\$111.437 em 31 de dezembro de 2021). (vii) Auto de infração - Créditos de IRPJ e CSLL: em 05 de outubro de 2020, a Suzano foi notificada acerca do Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do

Brasil ("RFB") visando a cobrança de créditos de IRPJ e CSLL, decorrentes da reapuração dos lucros de sua controlada Suzano Trading Ltd nos anos de 2014, 2015 e 2016. Além da Suzano, também foram incluídos como corresponsáveis solidários pelas referidas apurações, os Diretores Estatutários da referida controlada nos anos autuados. A Suzano, com base nos assessores jurídicos contratados para apresentação da defesa classifica o prognóstico como perda possível quanto à alegação referente à Suzano e possível com viés de remota quanto à responsabilidade dos Diretores Estatutários indicados. A Suzano apresentou a defesa administrativa e, atualmente, por meio da Resolução nº 104000033, o julgamento foi convertido em diligência, da qual aguarda-se o início. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R\$516.433 (R\$470.119 em 31 de dezembro de 2021). (viii) Auto de Infração - tributação em bases universais - ano 2015: em 3 de novembro de 2020, a Suzano foi notificada acerca do Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil ("RFB") sob a acusação de que teria deixado de recolher IRPJ e CSLL, no ano-calendário 2015, em razão da falta de adição, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, de lucros auferidos pelas controladas no exterior. A Suzano, com base nos assessores jurídicos contratados para apresentação da defesa classifica o prognóstico como perda possível. A Suzano apresentou a defesa administrativa. Em primeira instância, a impugnação apresentada pela Suzano foi julgada parcialmente procedente. Assim, face a decisão, foi interposto o Recurso Voluntário, atualmente, pendente de julgamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante é de R\$163.059 (R\$149.486 em 31 de dezembro de 2021). **20.2.2. Trabalhistas:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Suzano, possui 1.248 (hum mil duzentos e quarenta e oito) processos de natureza trabalhista, no total de R\$321.428 (1.462 (mil quatrocentos e sessenta e dois) processos no total de R\$211.767 em 31 de dezembro de 2021). A Suzano possui ainda diversos processos em que figuram como parte os sindicatos dos trabalhadores nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, São Paulo e Mato Grosso do Sul. **20.2.3. Cíveis, ambientais e imobiliários:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Suzano possui 221 (duzentos e vinte e um) processos de natureza cível, ambiental e imobiliário, no total de R\$4.414.877 (205 (duzentos e cinco) processos no total de R\$3.691.778 em 31 de dezembro de 2021). De maneira geral, os processos cíveis e ambientais nos quais a Suzano, inclusive suas controladas, figura como ré estão relacionados, principalmente, a discussões acerca da competência para licenciamento ambiental, reparação de danos ambientais, matérias de natureza indenizatória, inclusive, decorrentes de discussões sobre obrigações contratuais, medidas cautelares, ações possessórias, ações de reparação de danos e revisionais, ações visando à recuperação de créditos (ações de cobrança, monitorias, execuções, habilitações de crédito em falência e recuperações judiciais), ações de interesse de movimentos sociais, tais como, trabalhadores sem-terra, comunidades quilombolas, indígenas e pescadores, e ações decorrentes de acidentes de trânsito. A Suzano possui apólice de seguro de responsabilidade civil geral que visa a amparar, dentro de limites contratados na apólice, eventuais condenações judiciais, a título de danos causados a terceiros (incluindo também empregados). Dentre os processos de natureza cível, destacam-se: (i) 2 (duas) Ações Cíveis Públicas ("ACPs") movidas pelo Ministério Público Federal ("MPF") em que requer (i) liminarmente, que os caminhões da Suzano deixem de transportar madeira em rodovias federais acima de restrições legais de peso; (ii) o aumento da multa por excesso de peso a ser aplicada à Suzano; e (iii) indenização por danos materiais causados às rodovias federais, meio ambiente e ordem econômica e indenização por danos morais. Uma das ACPs foi julgada parcialmente procedente e a Suzano apresentou apelação ao tribunal competente com pedido de efeito suspensivo dos efeitos da sentença, o qual ainda está pendente de apreciação. A outra ACP foi julgada improcedente e aguarda-se julgamento de apelação. Em setembro de 2021 ambas foram suspensas por decisão do STJ de avaliar os pontos de discussão na forma de recurso repetitivo. Ainda sem previsão para julgamento; (ii) A Suzano demandou um concorrente da região centro-oeste em razão da utilização indevida e desautorizada de uma variedade de eucalipto protegida por direitos de propriedade intelectual (cultivar) da controlada incorporada Fibria. A proibição de cultivo deste ativo biológico pelo concorrente é protegida por decisão liminar ainda em vigor, a qual fora confirmada em sentença favorável à Suzano, sendo que, atualmente, fora iniciado o procedimento de liquidação de sentença pela Suzano. Ressalta-se que, antes mesmo da referida sentença, o concorrente manejou ação de anulação do registro de cultivar, mas, até o momento, não houve qualquer decisão neste processo capaz de restringir o direito da Suzano; (iii) Em novembro de 2020, um fornecedor de logística marítima iniciou um processo de arbitragem contra a Suzano após a rescisão antecipada do contrato. A contraparte pleiteia a execução de cláusula de opção de venda ou put (impondo a titularidade e aquisição de barcas) supostamente prevista no contrato como penalidade pela rescisão antecipada, bem como o pagamento de supostas perdas e danos sofridos em decorrência da rescisão. A Suzano, por sua vez, alega que a opção de venda não é devida e, mesmo que fosse devida, a cláusula de opção de venda é abusiva na relação econômica do contrato. No momento, aguarda-se o julgamento de pedidos de esclarecimentos feitos pelas partes. (iv) A Suzano ainda figura como ré em 2 (duas) ACPs, ajuizadas em 2015 pelo Ministério Público Federal ("MPF") e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ("INCRA") em face da controlada incorporada Fibria, do Estado do Espírito Santo e do BNDSE, visando a nulidade de alguns títulos de propriedade outorgado pelo Estado à Companhia nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus. As decisões, proferidas pelo juiz de 1ª instância da Justiça Federal, declaram a nulidade desses títulos e determinam o retorno desses imóveis à propriedade do Estado. As decisões proferidas não são definitivas e a Suzano apresentou recursos cabíveis para reversão dessa decisão em 2ª instância. Importante destacar que os imóveis cujos títulos são discutidos nas ACPs somam um total de aproximadamente 10.500 hectares, sendo que, desse total, na melhor informação da Suzano, apenas aproximadamente 4.000 hectares estão incluídos em procedimentos de demarcação iniciados no INCRA em favor de comunidades quilombolas da região. Nenhum desses procedimentos demarcatórios está finalizado. A Suzano é legítima possuidora dos imóveis em discussão e seguirá discutindo judicialmente a questão, para comprovar no judiciário a legalidade das aquisições realizadas no momento da aquisição. (v) Dentre os processos ambientais, destaca-se 1 (uma) ACPs ajuizadas pelo MPF na região nordeste do Brasil, desafiando a jurisdição do órgão ambiental do estado para conceder licenças ambientais. O MPF alega que os procedimentos de licenciamento ambiental relacionados à nossa planta industrial no estado do Maranhão devem ser realizados pela Agência Federal do Meio Ambiente ("IBAMA"). Os riscos envolvidos são atrasos em nosso cronograma de plantio e a suspensão das atividades da unidade industrial do Maranhão até a emissão de nova licença. Acreditamos que há boas chances de defesa neste caso, uma vez que o IBAMA não reconhece ter competência para executar o processo de licenciamento e não existe nenhum fundamento legal claro para sustentar tal jurisdição. (vi) Além disso, a Suzano está envolvida em 1 (uma) ACP ajuizada pelo MPF no estado dos impactos negativos da operação na Região do Baixo Parnaíba. O MPF alega que a ocupação destas áreas causou impactos socioambientais no leste maranhense. Atualmente, a ação se encontra em fase instrutória, com início dos procedimentos periciais. Há boas chances de defesa nesse caso, uma vez que o relatório usado para fundamentar os pedidos foi realizado de forma unilateral e serão questionados durante a instrução pericial. **20.3. Ativos contingentes: 20.3.1. Atualização de SELIC sobre indêbitos tributários:** Em setembro de 2021, o STF entendeu, por maioria de votos, que a União não pode cobrar IRPJ e CSLL sobre valores referentes à taxa SELIC recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Não obstante, o referido julgamento não tenha se encerrado de forma definitiva com o respectivo trânsito em julgado, a Suzano, junto aos seus assessores, entende que a princípio não há possibilidade de reversão de entendimento quanto ao mérito. Desta forma, a Suzano realizou o levantamento dos créditos referentes a IRPJ e CSLL a serem recuperados, e tendo em vista a imaterialidade dos valores até este momento, entende pela continuidade do levantamento junto aos assessores externos para a escrituração apropriada dos ativos oportunamente. **21. Planos de benefícios a empregados:** A Companhia e a Suzano oferecem a seus funcionários planos suplementares de aposentadoria de contribuição definida e planos de benefícios definidos, tais como assistência médica e seguro de vida, os quais são detalhados a seguir. **21.1. Planos de aposentadoria suplementar - Contribuição definida:** A Companhia e a Suzano possuem um plano de aposentadoria suplementar vigente, conforme detalhado a seguir. **21.1.1. Suzano Prev:** Em 2005, a Companhia e a Suzano instituíram o plano de previdência Suzano Prev administrado pela BrasilPrev, entidade aberta de previdência complementar, que atende a empregados de empresas do Grupo Suzano, no modelo de contribuição definida. Nos termos do contrato do plano de benefícios, para os colaboradores que possuem o salário acima das 10 unidades de referência Suzano ("URS"), além da contribuição de 0,5%, as contribuições da parte empresa acompanham as contribuições dos empregados e incidem sobre a parcela do salário que excede as 10 URS's, podendo variar de 1% a 6% do salário nominal. Este plano é denominado Contribuição Básica 1. As contribuições da Companhia e da Suzano ao colaborador são de 0,5% do salário nominal que não exceder a 10 URS's, mesmo não havendo contrapartida de contribuição por parte do colaborador. Este plano é denominado

Contribuição Básica 2. A partir de agosto de 2020, para os colaboradores que possuem salário menor que as 10 URS's, poderão investir 0,5 ou 1,0% do salário nominal e a Companhia e a Suzano acompanharão as contribuições do colaborador. O colaborador poderá livremente optar por investir até 12% do salário na previdência Suzano Prev, sendo que o excedente da Contribuição Básica 1 ou 2 poderá ser investido na contribuição suplementar, onde não há contrapartida da Companhia e da Suzano e o colaborador deverá considerar as duas contribuições para limitar a 12% do salário. O acesso ao saldo formado pelas contribuições da Companhia e da Suzano ocorrem somente no desligamento e está diretamente relacionado ao tempo do vínculo empregatício. As contribuições realizadas pela Companhia e suas controladas, para plano de previdência Suzano Prev administrado pela BrasilPrev, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizaram R\$15.412 reconhecidos nas rubricas custo dos produtos vendidos, despesas com vendas e gerais e administrativas (R\$13.993 em 31 de dezembro de 2021). **21.2. Planos de benefícios definidos:** A Companhia e a Suzano tem como política de recursos humanos oferecer assistência médica e seguro de vida, adicionalmente ao plano de aposentadoria complementar, sendo os valores apurados por meio de cálculo atuarial e reconhecidos no resultado, conforme detalhado a seguir. **21.2.1. Assistência médica:** A Companhia e a Suzano garantem cobertura de custos com programa de assistência médica para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 2007, bem como para seus cônjuges e dependentes até completar a maioria. Para outro determinado grupo de ex-funcionários que, excepcionalmente por critério e deliberação da Companhia e da Suzano, ou segundo critérios e direitos associados ao cumprimento da legislação pertinente, a Companhia e a Suzano asseguram o programa de assistência médica. Os principais riscos atuariais associados são: (i) redução da taxa de juros; (ii) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade; (iii) rotatividade superior à esperada; e (iv) crescimento dos custos médicos acima do esperado. **21.2.2. Seguro de vida:** A Companhia e a Suzano oferecem o benefício do seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 2005 nas unidades de Suzano e escritório administrativo de São Paulo e que não optaram pelo plano de aposentadoria complementar. Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) redução da taxa de juros; e (ii) mortalidade superior à esperada. **21.2.3. Movimentação do passivo atuarial:** As movimentações das obrigações atuariais preparadas com base em laudo atuarial, estão apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	675.158	785.045
Juros sobre passivo atuarial	59.258	55.849
Perda (ganho) atuarial	12.231	(119.642)
Variação cambial	(577)	37
Benefícios pagos	(54.646)	(46.131)
Saldo no final do exercício	691.424	675.158

**21.2.4. Hipóteses atuariais econômicas e biométricas:** As principais hipóteses e dados biométricos utilizados na elaboração dos cálculos atuariais são apresentados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Econômicas</b>		
Taxa de desconto nominal - plano médico e seguro de vida	10,07% a.a.	8,92% a.a.
Taxa de crescimento dos custos médicos	6,86% a.a.	6,61% a.a.
Inflação econômica	3,50% a.a.	3,25% a.a.
Fator de envelhecimento	0 a 24 anos:	0 a 24 anos:
	1,50% a.a.	1,50% a.a.
	25 a 54 anos:	25 a 54 anos:
	2,50% a.a.	2,50% a.a.
	55 a 79 anos:	55 a 79 anos:
	4,50% a.a.	4,50% a.a.
	Acima de 80 anos:	Acima de 80 anos:
	2,50% a.a.	2,50% a.a.

	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade geral	IAPB 57	IAPB 57
Tábua de mortalidade de inválidos	1,00% a.a.	1,00% a.a.

	65 anos	65 anos
Idade de aposentadoria	Homem 4 anos +	Homem 4 anos +
	velho e 90% casados	velho e 90% casados
Composição familiar	100%	100%
Permanência no plano	100%	100%

**21.2.5. Análise de sensibilidade:** A Suzano efetuou as análises de sensibilidade quantitativas em relação às hipóteses significativas para os seguintes benefícios são demonstradas a seguir:

	Taxa de desconto	Taxa de crescimento dos custos médicos
0,50%	33.995	1,00%
		69.755

**21.2.6. Previsão de pagamentos e duração média das obrigações:** Os pagamentos de benefícios esperados para os exercícios futuros (10 anos) a partir da obrigação dos benefícios concedidos, são demonstrados a seguir:

	Assistência médica e seguro de vida
2023	44.330
2024	47.488
2025	50.675
2026	54.003
2027	57.340
2028 a 2032	336.825

**22. Pagamento baseado em ações:** A Suzano tem 3 (três) planos de remuneração de longo prazo baseados em ações, sendo (i) Plano de ações fantasmas ("Phantom Shares - PS") e (ii) Plano de apreciação do valor das ações ("Share Appreciation Rights - SAR"), ambos liquidados em moeda corrente e (iii) ações restritas, liquidado em ações. As características e os critérios de mensuração de cada plano oferecido pela Suzano, estão divulgados a seguir. **22.1. Plano de remuneração de longo prazo ("PS e SAR"):** Determinados executivos e membros-chave da Administração da Suzano, possuem plano de remuneração de longo prazo atrelado ao preço da ação com liquidação em dinheiro. No plano PS, o beneficiário não faz investimento e no plano SAR, o beneficiário deverá investir 5% (cinco) do valor total correspondente ao número de opções de ações fantasmas no momento da outorga e 20% (vinte) após 3 (três) anos para efetivar a aquisição da opção. Também outorgamos planos de remuneração de longo prazo para membros-chaves da Suzano como forma de retenção. O prazo de carência e de vencimento dos planos podem variar de 3 (três) até 5 (cinco) anos, a partir da data de outorga, de acordo com as características de cada plano. O valor da ação é mensurado com base na média da cotação das ações dos últimos 90 pregões a partir do fechamento do último dia útil de pregão do mês anterior ao mês da outorga. Para o SAR, a mensuração também considera o *Total Shareholder Return* ("TSR"), utilizado para medir o desempenho de ações de diferentes empresas em certo intervalo de tempo, combinando o preço da ação para demonstrar o retorno proporcionado ao acionista. As parcelas destes planos são reajustadas com base na variação da cotação das ações SUZB3 na B3, entre a data de outorga e a data de pagamento. Nas datas em que não ocorra negociação das ações SUZB3, prevalecerá o valor da última negociação. As opções de ações fantasmas somente serão pagas, caso o beneficiário mantenha o vínculo empregatício na data do pagamento. No caso de rescisão pelo beneficiário, antes de completar o prazo de carência, o mesmo perde o direito ao recebimento de todos os valores, exceto, quando estabelecido de outra forma em contrato. A movimentação está apresentada a seguir:

	Quantidade de opções em aberto	
	31/12/2022	31/12/2021
No início do exercício	5.415.754	5.772.356
Outorgadas	4.152.200	1.906.343
Exercidas <sup>(1)</sup>	(1.474.506)	(1.860.334)
Exercidas por desligamento <sup>(1)</sup>	(175.552)	(86.196)
Abandonadas/prescritas por desligamento	(334.711)	(316.415)
No final do exercício	7.583.185	5.415.754

1) O preço médio das ações exercidas e exercidas por desligamento, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 48,79 (quarenta e oito reais e setenta e nove centavos) (R\$60,30 (sessenta reais e trinta centavos) em 31 de dezembro de 2021).

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

# SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

# SUZANO

Holding

★ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a posição consolidada dos planos de opções de ações fantasmas em aberto estão apresentadas a seguir:

Programa	Data da outorga	Data da carência	31/12/2022	
			Quantidade de opções outorgadas em aberto	Valor justo na outorga (1)
Diferimento 2018	01/03/2019	01/03/2023	R\$ 41,10	74.101
Diferimento 2020	01/03/2021	01/03/2024	R\$ 57,88	280.408
Diferimento 2020	01/03/2021	03/03/2025	R\$ 57,88	280.408
Diferimento 2021 36	01/03/2022	01/03/2025	R\$ 56,52	675.021
Diferimento 2021 48	01/03/2022	01/03/2026	R\$ 56,52	164.951
ILP - Retenção 2020 - 36 Out	01/10/2020	01/10/2023	R\$ 38,79	33.289
ILP - Retenção 2021 - 36 Out	01/10/2021	01/10/2024	R\$ 58,05	2.524
ILP 2019 - 48 H	25/03/2019	25/03/2024	R\$ 42,19	7.857
ILP 2019 - 48 Out	01/10/2019	01/10/2023	R\$ 31,75	12.258
ILP 2020 - 36 Abr	01/04/2020	01/04/2023	R\$ 38,50	46.531
ILP 2020- 48 Condição A	01/05/2020	30/04/2024	R\$ 38,34	623.380
ILP 2020- 48 Condição B	01/05/2020	30/04/2024	R\$ 38,34	133.581
ILP 2020- 48 Condição C	01/05/2020	30/04/2024	R\$ 38,34	133.581
ILP 2021 - 24	01/03/2021	01/03/2023	R\$ 56,10	6.285
ILP 2021 - 36	01/03/2021	01/03/2024	R\$ 56,10	6.285
ILP 2021 - abr.23_24	16/12/2021	03/04/2023	R\$ 54,81	10.511
ILP 2021 - abr.23_24	16/12/2021	01/04/2024	R\$ 54,81	10.511
ILP 2021 -24 Maio	01/05/2021	01/05/2023	R\$ 67,91	654
ILP 2021 36 - Abr	01/04/2021	01/04/2024	R\$ 64,12	220.007
ILP 2021 -36 Maio	01/05/2021	01/05/2024	R\$ 67,91	1.177
ILP 2021 -48 Abr	01/04/2021	01/04/2025	R\$ 64,12	220.007
ILP Hiring/Retention Bônus 2020 - 36 Out	01/10/2020	01/10/2023	R\$ 43,14	7.285
ILP Retenção 2020 - Premiação	01/10/2020	01/10/2023	R\$ 43,14	4.796
ILP Retenção 2021 - Agosto	02/08/2021	01/08/2024	R\$ 63,73	3.969
ILP Retenção 2021 - Julho	01/07/2021	01/07/2024	R\$ 67,72	8.516
PLUS 2019	01/04/2019	01/04/2024	R\$ 42,81	5.705
SAR 2018	02/04/2018	02/04/2023	R\$ 21,45	4.511
SAR 2019	01/04/2019	01/04/2024	R\$ 42,81	153.725
SAR 2020	01/04/2020	01/04/2025	R\$ 38,50	661.714
SAR 2021	01/04/2021	01/04/2026	R\$ 64,12	747.249
SAR 2022	01/04/2022	01/04/2027	R\$ 58,64	1.775.750
ILP Retenção 2022	17/01/2022	17/01/2025	R\$ 55,18	22.700
ILP Retenção 2022	17/01/2022	17/01/2026	R\$ 55,18	22.700
ILP Retenção 2022	17/01/2022	17/01/2027	R\$ 55,18	22.699
ILP Retenção 2022	01/08/2022	01/04/2025	R\$ 58,64	29.490
ILP Retenção 2022	01/04/2022	01/04/2024	R\$ 58,64	13.238
ILP Retenção 2022	02/06/2022	02/06/2023	R\$ 55,43	1.866
ILP Retenção 2022	02/06/2022	02/06/2024	R\$ 55,43	1.866
ILP Retenção 2022	02/06/2022	02/06/2025	R\$ 55,43	1.923
ILP Retenção 2022	01/08/2022	01/08/2025	R\$ 51,00	3.832
ILP Retenção 2022	01/10/2022	01/04/2026	R\$ 47,71	148.687
ILP Retenção 2022	01/10/2022	01/04/2027	R\$ 47,71	43.918
ILP Retenção 2022 - Executivo	01/04/2022	01/04/2025	R\$ 58,64	953.719
				<b>7.583.185</b>

1) Valores expressos em Reais.

**22.2. Plano de ações restritas:** A Suzano também oferece plano de ações restritas baseado no desempenho da Suzano (Programa Ações Restritas). Este plano associa a quantidade de ações restritas outorgadas ao desempenho da Suzano, que em 2022 foi em relação às metas de geração de caixa operacional e ESG. A quantidade de ações restritas é definida em termos financeiros, sendo posteriormente convertido em ações com base nos últimos 60 pregões antecedentes a 31 de dezembro de 2022 da SUZB3 na B3. Após a medição das metas que ocorre 12 meses posteriores a celebração do contrato, as ações restritas serão outorgadas imediatamente (condicionadas ao atingimento das metas estabelecidas), pois não possuem período de carência (*vesting period*). No entanto, os beneficiários da outorga devem atender ao período de *lockup* de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual não poderão comercializar as ações. Caso os beneficiários deixem a Suzano, antes do término do exercício fiscal de referência para a medição das metas, perderão direito à outorga de ações restritas. A posição do plano é apresentada da seguinte forma:

Programa	Data da celebração do contrato	Data da outorga	Preço na data de outorga	Ações outorgadas	Término do período de <i>lockup</i>
2021	02/01/2021	02/01/2022	R\$53,81	108.010	02/01/2025
2022	02/01/2022	02/01/2023	R\$52,00	102.600	02/01/2026
				<b>317.211</b>	

Em 31 de março de 2022, o Programa 2018 teve seu período de *lockup* concluído e dessa forma, a outorga de 130.435 ações foi realizada em contrapartida às ações em tesouraria (nota 25.5). **22.3. Saldos Patrimoniais e de resultado:** Os planos de opções de ações fantasmas, por serem liquidados em caixa, tem o seu valor justo mensurado ao término de cada período, com base no método Monte Carlo ("MMC"). O valor justo é multiplicado pelo TSR observado no período, o qual varia entre 75% e 125% e depende do desempenho da ação SUZB3 em relação às ações de empresas do mesmo setor no Brasil. O plano de ações restritas considera as seguintes premissas: (i) a expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, considerando o tempo remanescente para completar o período de aquisição e a volatilidade histórica dos retornos, utilizando o modelo GARCH de cálculo de volatilidade; (ii) a expectativa de vida média das ações fantasmas e opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício; (iii) a expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Suzano; e (iv) a taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em Reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição. Os valores correspondentes aos serviços recebidos e reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	Passivo e Patrimônio líquido	Resultado e Patrimônio líquido
	31/12/2022	31/12/2021
<b>Passivo não circulante</b>		
Provisão com plano de ações fantasmas	162.117	166.998
<b>Patrimônio líquido</b>		
Opção de ações outorgadas	20.790	15.455
Ações outorgadas	(2.365)	2.365
	<b>18.425</b>	<b>(2.970)</b>
		<b>(78.512)</b>
		<b>(99.740)</b>

### 23. Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas - consolidado:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>Aquisição de controladas</b>		
Vitex/Parkia (1)	1.758.365	—
	<b>1.758.365</b>	—
<b>Combinação de negócios</b>		
Facepa (2)	42.655	40.863
Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações ("VFFIP") (3)	261.302	365.089
	<b>303.957</b>	<b>405.952</b>
	<b>2.062.322</b>	<b>405.952</b>
<b>Circulante</b>	1.856.763	99.040
<b>Não circulante</b>	205.559	306.912

1) Em 22 de junho de 2022, a Suzano adquiriu a totalidade das ações das sociedades da estrutura Parkia, pelo montante de US\$667 milhões (equivalente a R\$3.444.255 na data da assinatura do contrato), mediante pagamento de US\$330 milhões (equivalente a R\$1.704.054 na data da transação) e o saldo remanescente a ser pago em 22 de junho de 2023 (nota 1.2.6). 2) Adquirido em março de 2018, pelo montante de R\$307.876, mediante pagamento de R\$267.876 e o saldo remanescente atualizado pelo IPCA, ajustado pelas possíveis perdas incorridas até a data de pagamento, com vencimentos em março de 2023 e março de 2028. 3) Em agosto de 2014, a Suzano adquiriu a Vale Florestar S.A., por meio da VFFIP, pelo montante de R\$528.941, mediante pagamento de R\$44.998 e saldo remanescente com vencimentos até agosto de 2029. As liquidações anuais, efetuadas no mês de agosto, estão sujeitas a juros e atualizadas pela variação da taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos da América e parcialmente atualizada pelo IPCA.

**24. Compromissos de longo prazo - consolidado:** No curso normal de seus negócios, a Suzano celebra contratos de longo prazo na modalidade *take or pay* com fornecedores de produtos químicos, energia elétrica, transporte e gás natural. Os contratos preveem cláusulas de rescisão e suspensão de fornecimento por motivos de descumprimento de obrigações essenciais. Geralmente, é adquirido o mínimo acordado contratualmente e por essa razão não existem passivos registrados em adição ao montante que é reconhecido mensalmente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, esses compromissos de longo prazo totalizam R\$14.875.422 por ano (R\$13.488.327 por ano em 31 de dezembro de 2021). **25. Patrimônio líquido:** **25.1. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia era de R\$ 1.975.670, integralmente realizado e dividido em 172.927.303 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 75.034.146 ações ordinárias com direito a voto, 68.572.827 ações preferenciais de classe A e 29.320.330 ações preferenciais de classe B sem direito a voto. **25.2. Dividendos e cálculo de reservas:** O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo de 10% superior ao das ações ordinárias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, com base nos critérios estabelecidos pelo estatuto social, apurou-se dividendos mínimos obrigatórios, bem como, as reservas, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Resultado do exercício</b>	<b>6.459.615</b>	<b>6.117.859</b>
Constituição de reserva legal - 5%	322.981	322.981
Constituição de reserva de incentivos fiscais reflexa	18.775	18.775
<b>Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>6.117.859</b>	<b>6.117.859</b>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios propostos - 25%</b>	<b>1.529.465</b>	<b>1.529.465</b>
<b>Dividendos antecipados (i)</b>	<b>708.600</b>	<b>708.600</b>
<b>Reserva de lucros a realizar (ii)</b>	<b>820.865</b>	<b>820.865</b>
<b>Resultado remanescente</b>	<b>4.588.394</b>	<b>4.588.394</b>
Reserva para aumento de capital - 90%	4.129.555	4.129.555
Reserva estatutária especial - 10%	458.839	458.839

i) Nas atas de Reunião da Diretoria de 13 de dezembro de 2022 e 15 de dezembro de 2022, foram aprovadas as distribuições de dividendos intermediários pela Companhia de R\$88.600, à razão de R\$ 0,48490389 por ação ordinária, R\$0,53339428 por ação preferencial classe A e B, e de R\$620.000, à razão de R\$ 3,39323267 por ação ordinária, R\$3,73255594 por ação preferencial classe A e B, respectivamente, relacionados aos lucros apurados em 2022. Os pagamentos dos dividendos intermediários foram efetuados em 20 de dezembro de 2022 e 27 de dezembro de 2022, respectivamente. ii) A Companhia constituiu a reserva de lucros a realizar, correspondente ao lucro não realizado financeiramente, proveniente do recebimento dos dividendos da Suzano, que distribui pelo critério de 10% da geração de caixa operacional consolidado no exercício e não pelo critério de 25% do lucro do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, conforme estabelecido no seu estatuto social dos dois critérios o menor. Conforme divulgado na nota 1.2.3, a Companhia aprovou em 13 de janeiro de 2022, o pagamento de dividendos intercalares no montante de R\$211.220, pagos em 31 de janeiro de 2022, os quais foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Conforme divulgado na nota 1.2.5, a Companhia aprovou em 26 de abril de 2022, o pagamento de dividendos complementares no montante de R\$170.383, pagos em 17 de maio de 2022, os quais foram imputados às reservas de lucros de exercícios anteriores. **25.3. Reservas:** **25.3.1. Reservas de capital:** A Reserva de capital é composta pelos ganhos de variação de participação em controlada. **25.3.2. Reservas de lucros:** São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir: (i) Legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e limitado a 20% do capital social. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo dessa reserva é de R\$385.997 e em 31 de dezembro de 2021 R\$63.016. (ii) Para aumento de capital: constituída na base de até 90% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e limitado a 80% do capital social, nos termos do Estatuto Social da Companhia, após a destinação à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. A constituição desta reserva visa assegurar à Companhia adequadas condições operacionais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo dessa reserva foi de R\$4.717.623 e em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$701.180. (iii) Estatutária especial: constituído com base no saldo remanescente do lucro líquido do exercício e objetiva garantir a continuidade da distribuição de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo dessa reserva é de R\$524.179 e em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$77.909. (iv) Incentivos fiscais reflexa: são as subvenções governamentais concedidas à Suzano, na forma de incentivos fiscais, reconhecidas de maneira reflexa pela Companhia na proporção de sua participação no Capital Social da controlada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo dessa reserva é de R\$240.263 e em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$221.488. (v) Reserva de lucros a realizar: constituída nos termos do artigo 197 da Lei nº 6.404/76, correspondente ao lucro não realizado financeiramente, e que quando realizados, e que não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, sejam acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização. Em virtude do saldo acumulado de reserva de lucros superar os limites estabelecidos no estatuto da Companhia, haverá na próxima assembleia a deliberação do saldo excessivo. **25.4. Ajuste de avaliação patrimonial:** A Companhia registrou nesta rubrica do balanço as contrapartidas dos ajustes do custo atribuído quando da adoção das IFRS em 1º de janeiro de 2009 na Suzano. A movimentação desta rubrica ocorre pela realização dos itens do imobilizado, bem como, demais contrapartidas decorrentes da aplicação das IFRS. Adicionalmente, nesta rubrica são registradas as variações cambiais de controladas no exterior, o ganho (perda) com a atualização dos passivos atuariais e o resultado com a conversão das debêntures da 5ª emissão em ações com Partes Relacionadas, líquidos do imposto de renda e contribuições sociais diferidos da Suzano. **26. Resultado por ação:** **26.1. Básico:** O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício.

	31/12/2022			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Resultado atribuível aos acionistas controladores	2.652.696	2.666.695	1.140.224	6.459.615
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no exercício (mil)	75.034	68.573	29.320	172.927
Resultado básico por ação	<b>35,35319</b>	<b>38,88851</b>	<b>38,88851</b>	<b>38,88851</b>

	31/12/2021			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Resultado atribuível aos acionistas controladores	964.807	969.899	414.710	2.349.416
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no exercício (mil)	75.034	68.573	29.320	172.927
Resultado diluído por ação	<b>12,85824</b>	<b>14,14407</b>	<b>14,14407</b>	<b>14,14407</b>

**26.2. Diluído:** O resultado diluído por ação é calculado no pressuposto da conversão de todas as opções de compra de ações ordinárias da Suzano, que provocariam reflexos no lucro atribuível à Companhia.

	31/12/2022			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Resultado atribuível aos acionistas controladores	2.652.696	2.666.695	1.140.224	6.459.615
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no exercício (mil)	75.034	68.573	29.320	172.927
Resultado diluído por ação	<b>35,35319</b>	<b>38,88851</b>	<b>38,88851</b>	<b>38,88851</b>

	31/12/2021			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Resultado atribuível aos acionistas controladores	964.807	969.899	414.710	2.349.416
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no exercício (mil)	75.034	68.573	29.320	172.927
Resultado diluído por ação	<b>12,85824</b>	<b>14,14407</b>	<b>14,14407</b>	<b>14,14407</b>

	31/12/2022			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Resultado atribuível aos acionistas controladores	964.807	969.899	414.710	2.349.416
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no exercício (mil)	75.034	68.573	29.320	172.927
Resultado básico por ação	<b>12,85824</b>	<b>14,14407</b>	<b>14,14407</b>	<b>14,14407</b>

### 27. Resultado financeiro, líquido:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos e financiamentos (1)	(3.648.330)	(3.188.654)		
Prêmio sobre liquidação antecipada		(260.289)		
Amortização de custos de transação, ágio e deságio (2)	(69.881)	(107.239)		
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento	(433.727)	(560.799)	(114)	(180)
Amortização de mais-valia	(18.887)	(5.543)		
Outras	(419.793)	(99.001)	(127)	(31)
	<b>(4.590.618)</b>	<b>(4.221.525)</b>	<b>(241)</b>	<b>(211)</b>

### Receitas financeiras

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	823.411	206.488	4.460	890
Amortização de mais-valia		9.110</		

# SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

# SUZANO

Holding

★ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

**29.4. Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill):** Os ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), oriundos de combinações de negócios foram alocados aos segmentos divulgáveis, correspondem às unidades geradoras de caixa ("UGC") da Suzano, considerando os benefícios econômicos gerados por tais ativos intangíveis e são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Celulose	7.897.051	7.897.051
Papel	119.332	119.332
	<b>8.016.383</b>	<b>8.016.383</b>

### 30. Receitas (despesas) por natureza:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021

#### Custos dos Produtos Vendidos (1)

Gastos com pessoal	(1.468.397)	(1.174.874)		
Custo com matérias-primas, materiais e serviços	(11.463.862)	(8.731.670)		
Custos logísticos	(4.795.161)	(4.328.046)		
Depreciação, exaustão e amortização	(6.406.610)	(5.988.248)		
Outros (2)	(688.794)	(394.496)		
	<b>(24.822.824)</b>	<b>(20.617.334)</b>		

#### Despesas com vendas

Gastos com pessoal	(244.681)	(219.590)		
Serviços	(146.184)	(121.568)		
Despesas com logística	(1.065.416)	(947.551)		
Depreciação e amortização	(951.626)	(944.361)		
Outros (3)	(75.287)	(58.652)		
	<b>(2.483.194)</b>	<b>(2.291.722)</b>		

#### Despesas gerais e administrativas

Gastos com pessoal	(1.048.187)	(990.530)	(8.454)	(6.017)
Serviços	(380.715)	(332.124)	(1.644)	(1.391)
Depreciação e amortização	(101.843)	(103.943)	(79)	(76)
Outros (4)	(189.151)	(158.556)	(1.304)	(823)
	<b>(1.719.896)</b>	<b>(1.585.153)</b>	<b>(11.481)</b>	<b>(8.307)</b>

#### Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aluguéis e arrendamentos	2.164	3.321		
Resultado na venda de outros produtos, líquido	58.880	31.865		
Resultado na alienação e baixa de ativos imobilizado, intangível e biológico, líquido (5)	(509)	413.052		
Resultado na atualização do valor justo do ativo biológico	1.199.759	763.091		
Amortização de mais-valia (6)	52.110	(5.187)		
Créditos tributários - ICMS na base do PIS/COFINS (7)	(1.324)	441.880		
Provisão para passivos judiciais (8)	(156.243)			
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(33.123)	75	54	
	<b>1.121.714</b>	<b>1.648.097</b>	<b>(11.481)</b>	<b>(8.253)</b>

1) Inclui R\$525.882 no consolidado, referentes aos gastos com parada de manutenção (R\$227.562 no consolidado, em 31 de dezembro de 2021). 2) Inclui R\$ 249.499 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 342.882 em 31 de dezembro de 2021) de efeito da eliminação do lucro dos estoques a realizar nas vendas da Suzano para suas controladas que é ajustado nas demonstrações consolidadas. 3) Inclui PECLD, seguros, materiais de uso e consumo, viagens, hospedagem, feiras e eventos. 4) Inclui, substancialmente, despesas corporativas, seguros, materiais de uso e consumo, projetos sociais e doações, viagem e hospedagem. Em 31 de dezembro de 2021, inclui R\$25.285 no consolidado relativo às ações sociais e gastos operacionais com COVID-19. 5) Em 31 de dezembro de 2021, inclui, substancialmente, o ganho líquido na venda de imóveis rurais e florestas à Turvinho e a Bracell. 6) Não inclui R\$18.887 no consolidado, referente à amortização de mais-valia reconhecido como despesa financeira (nota 26) (R\$5.543 em 31 de dezembro de 2021). 7) Em 31 de dezembro de 2021, refere-se ao reconhecimento de (i) R\$454.318, referente ao crédito tributário; e (ii) R\$12.438 referente à provisão de honorários advocatícios.

8) Os saldos referentes ao período comparativo, estavam classificados em Custo do produto vendido e Despesas gerais e administrativas. **31. Cobertura de seguros - consolidado:** A Suzano mantém cobertura de seguro para risco operacional com limite máximo para indenização de US\$1.000.000 equivalente a R\$5.217.700. Adicionalmente, mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil geral no montante de US\$20.000, equivalente a R\$104.354 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Administração da Suzano considera esse valor suficiente para cobrir possíveis riscos de responsabilidades, sinistros com seus ativos e lucros cessantes. A Suzano não tem seguro para suas florestas. Visando minimizar o risco de incêndio, são mantidos, pela brigada interna de incêndio, um sistema de torres de observações e uma frota de caminhões. A Suzano não apresenta histórico de perdas relevantes com incêndio de florestas. A Suzano dispõe de apólice de seguro de transporte nacional com limite máximo para indenização de R\$60.000 e internacional no montante de US\$75.000, equivalente a R\$391.328, com vigência até maio de 2024, com renovação prevista para um período de 18 meses. Além das coberturas mencionadas anteriormente, são mantidas em vigor apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores em montantes considerados adequados pela Administração. A avaliação da suficiência das coberturas de seguro não faz parte do escopo do exame das demonstrações financeiras por parte dos auditores independentes. **32. Eventos subsequentes: 32.1. Decisão do STF - eficácia da coisa julgada em matéria tributária:** Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal no Brasil concluiu o julgamento relativo aos Temas 881 e 885, que discutem os efeitos da coisa julgada. Não obstante até a data da elaboração destas demonstrações financeiras o conteúdo das decisões ainda não ter sido publicado e encontrar-se disponível, a Companhia e suas controladas não são parte em nenhum processo em decorrência do qual um tributo não esteja sendo recolhido em razão de decisão passada transitada em julgado, portanto, a Companhia e suas controladas não terão nenhum ajuste material de provisão em função das decisões proferidas no último dia 08 de fevereiro de 2023. **32.2. Cancelamento de ações em tesouraria:** Em 28 de fevereiro de 2023, a Suzano deliberou pelo cancelamento de 37.145.969 ações ordinárias, que estavam sendo mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social e contra os saldos das reservas de lucros disponíveis. Após o cancelamento de ações, o capital social da Suzano de R\$9.269.281, passa a ser dividido em 1.324.117.615 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<b>Claudio Thomaz Lobo Sonder</b> Presidente	<b>Antonio de Souza Corrêa Meyer</b> Vice-Presidente
<b>Marcos Sampaio de Almeida Prado</b> Conselheiro	<b>Geraldo José Carbone</b> Conselheiro
	<b>Alan Terpins</b> Conselheiro

## DIRETORIA

<b>David Feffer</b> Diretor Presidente	<b>Isabel Cotta Fernandino de França Leme</b> Diretora	<b>Gabriela Feffer Moll</b> Diretora
<b>Marcel Paes de Almeida Piccinno</b> Diretor e Diretor de Relações com Investidores		

CONTADOR - Rinaldo Ciucci - CRC 1SP-147256/O-0

## RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO ("CAE")

**Sobre o Comitê:** O CAE da Suzano Holding S.A. ("Suzano Holding") é um órgão estatutário de funcionamento permanente instituído em dezembro de 2019. O CAE é composto por 3 (três) membros com mandato de 2 (dois) anos. A maioria dos membros são independentes, sendo que ao menos um deles integra também o Conselho de Administração da Suzano Holding. Dentre os membros do CAE, o Sr. Marcos Sampaio de Almeida Prado, atua como coordenador e o Sr. José Carlos Garbes, como especialista financeiro. De acordo com o seu Regimento Interno, compete ao CAE zelar (i) pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Suzano Holding, (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, (iii) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna, (iv) pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do CAE baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e em suas próprias análises decorrentes de observação direta. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as emanadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), requisitos específicos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as normas internacionais

de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão limitada dos informes trimestrais ("ITRs") arquivados junto à CVM. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios descritos acima. Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 16 de março de 2023, contendo opinião sem ressalvas. Os trabalhos de auditoria interna são realizados por equipe própria. O CAE é responsável pela aprovação do plano de auditoria interna, que na sua execução é acompanhado e orientado pela Diretora Jurídica. **Temas discutidos pelo Comitê de Auditoria Estatutário:** O CAE se reuniu 4 (quatro) vezes no período de janeiro a dezembro de 2022. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, destacamos: (i) Recomendação para aprovação pelo Conselho de Administração do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021; (ii) Exame das informações trimestrais da companhia nos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2022; (iii) Monitoramento da execução dos planos de remediação das recomendações indicadas na Carta de Recomendações dos auditores independentes; (iv) Monitoramento da adequação das transações com

partes relacionadas realizadas pela companhia; e (v) Acompanhamento do andamento dos trabalhos aprovados no plano de auditoria, inclusive quanto à integração com as demais atividades relacionadas à gestão de riscos e compliance. **Conclusão:** Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, bem como daquelas previstas no seu Regimento Interno do próprio comitê, procederam ao exame e à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria contendo opinião sem ressalvas dos auditores independentes, do relatório anual da Administração, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., recomendam, por unanimidade, a aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, dos documentos acima citados.

São Paulo, 16 de março de 2023

**Marcos Sampaio de Almeida Prado**  
Coordenador

**José Carlos Garbes**  
Especialista Financeiro

**Orlando de Souza Dias**  
Membro

## PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") da Suzano Holding S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento ao disposto no § 1º, inciso VII do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, examinou as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Relatório da Administração, e o relatório emitido sem ressalvas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, os membros do CAE, abaixo assinados, opinam que as demonstrações financeiras se encontram em condições de serem aprovadas.

São Paulo, 16 de março de 2023

**Marcos Sampaio de Almeida Prado**  
Coordenador

**José Carlos Garbes**  
Especialista Financeiro

**Orlando de Souza Dias**  
Membro

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Suzano Holding S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 21º andar, Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.651.809/0001-05 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 16 de março de 2023

**David Feffer**  
Diretor Presidente

**Marcel Paes de Almeida Piccinno**  
Diretor e Diretor de Relações com Investidores

**Isabel Cotta Fernandino de França Leme**  
Diretora

**Gabriela Feffer Moll**  
Diretora

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Suzano Holding S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 21º andar, Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.651.809/0001-05 ("Companhia"), nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 16 de março de 2023

**David Feffer**  
Diretor Presidente

**Marcel Paes de Almeida Piccinno**  
Diretor e Diretor de Relações com Investidores

**Isabel Cotta Fernandino de França Leme**  
Diretora

**Gabriela Feffer Moll**  
Diretora

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

**Suzano Holding S.A.**

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Suzano Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Suzano Holding S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suzano Holding S.A. e da Suzano Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Porque é um PAA

Redução ao valor recuperável de intangíveis (Nota 3.2.20 e 16.1)

A controlada Suzano S.A. possui registrado em seu ativo intangível, ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, oriundo da aquisição da Fibria Celulose S.A. ocorrida em janeiro de 2019, o qual foi alocado ao segmento de celulose.

O referido saldo tem sua recuperação baseada em projeções que incluem premissas e dados que envolvem julgamentos significativos da administração da controlada, incluindo a definição de unidade geradora de caixa, preço médio líquido de celulose e taxa de desconto, entre outras. Para efetuar o cálculo do valor recuperável, a administração da controlada calculou o valor em uso através da metodologia do fluxo de caixa descontado.

Consideramos essa área como de foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância do saldo, bem como que variações na determinação das premissas adotadas pela administração da controlada podem impactar a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, os resultados das operações e a posição patrimonial e financeira individual e consolidada.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração da controlada para mensurar o valor recuperável, da metodologia de avaliação, das premissas e dados utilizados no cálculo, assim como o critério adotado para a definição da unidade geradora de caixa.

Avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Envolvermos nossos especialistas na área de avaliação de negócios para nos apoiar na análise e teste da taxa de desconto.

Em relação às principais premissas na perspectiva da auditoria, como o preço médio líquido de celulose e taxa de desconto, efetuamos comparações com publicações externas especializadas, bem como avaliamos, por meio de análises de sensibilidade, se variações individuais ou cumulativas aproximariam o valor recuperável do valor contábil. Para as demais premissas, levamos em consideração o comportamento histórico, respectivas tendências e outras evidências que corroboram os dados utilizados. Avaliamos, também, a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração da controlada envolvidos no cálculo do valor recuperável.

Com base nos trabalhos de auditoria acima resumidos, consideramos que as premissas e dados utilizados e a metodologia de avaliação do valor recuperável estão consistentes com as práticas de mercado, assim como, as divulgações efetuadas sobre o tema estão adequadas em relação às evidências por nós obtidas.

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relações com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

# SUZANO HOLDING S.A.

Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05

# SUZANO

Holding

→ continuação

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

### Porque é um PAA

#### Valor justo dos ativos biológicos (Notas 3.2.17 e 13)

Os ativos biológicos da controlada Suzano S.A. correspondem a florestas de eucalipto e são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda, aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado. Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da administração da controlada, incluindo taxa de incremento médio anual das florestas e principalmente o preço de venda da madeira em pé em diferentes regiões.

Este é um assunto de atenção da nossa auditoria, considerando especialmente os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da administração da controlada e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração da controlada para mensurar o valor justo, bem como a metodologia de avaliação, premissas e dados utilizados no cálculo. Avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Definimos as principais premissas na perspectiva da auditoria e efetuamos comparações com fontes externas, avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração da controlada para apoio no cálculo do valor justo.

Em relação às premissas consideradas significativas no âmbito da auditoria, como o preço de venda da madeira em pé e a taxa de incremento médio anual das florestas, efetuamos comparações com publicações externas especializadas, bem como avaliamos o comportamento histórico, respectivas tendências e dados utilizados, além de avaliarmos se as informações divulgadas nas notas explicativas estavam consistentes com os requisitos da norma contábil e com as premissas utilizadas nos cálculos.

Com base no resultado dos procedimentos realizados, consideramos que o modelo de avaliação está consistente com as práticas de mercado e que as premissas e dados utilizados estão devidamente suportados.

### Recuperabilidade de tributos diferidos ativo (Nota 3.2.21 e 12)

Em 31 de dezembro de 2022, o balanço patrimonial da controlada Suzano S.A. apresenta imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo não circulante, provenientes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Estes tributos diferidos ativos são considerados recuperáveis com base em projeções de geração de lucros tributáveis futuros, que envolvem julgamentos significativos por parte da administração da controlada, notadamente em relação ao momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e os impactos futuros estimados no cálculo e na tributação do imposto de renda e contribuição social.

O valor recuperável dos tributos diferidos ativos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeções dos lucros tributáveis futuros, o que pode impactar o valor do tributo diferido ativo apresentado nas demonstrações financeiras. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e seus impactos na tributação futura da controlada exige julgamentos significativos pela administração da controlada. Por esse motivo e pela magnitude dos valores apresentados, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria.

### Provisão para passivos judiciais tributários (Nota 3.2.24 e 20)

As controladas da Companhia são parte passiva em processos judiciais decorrentes do curso normal de suas operações.

Especialmente no caso daqueles de natureza tributária, eles são relativos a divergências na interpretação das normas tributárias, autos de infração, entre outros. A administração, com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos, estima os possíveis desfechos para esses diversos assuntos, provisiona aqueles considerados como de perda provável e divulga aqueles considerados como de perda possível.

A determinação das chances de perda, assim como dos valores objetos das disputas, envolvem julgamento da administração das controladas, considerando aspectos subjetivos e evoluções jurisprudenciais, que podem mudar ao longo do processo e que não estão sob o controle da administração das controladas e, por essa razão, definimos esse tema como uma área de foco.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração da controlada para mensurar o valor recuperável, bem como a metodologia de avaliação, premissas e dados utilizados no cálculo.

Avaliamos, com o apoio dos nossos especialistas na área de tributos, a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, que inclui o preço médio líquido da celulose e do papel, assim como o preço de transferência praticado com a subsidiária na Áustria. Efetuamos a comparação dos dados utilizados na projeção com dados históricos, do setor e de mercado, bem como realizamos análise de sensibilidade sobre a projeção elaborada pela administração da controlada.

Avaliamos se as projeções, incluindo a estimativa do momento de realização das diferenças temporárias, indicavam lucros tributáveis futuros suficientes para a realização dos tributos diferidos ativos, assim como a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e premissas utilizados pela administração da controlada são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração das controladas para identificar e constituir provisões, monitorar o andamento dos processos judiciais tributários, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas.

Em conjunto com os nossos especialistas da área tributária, entendemos o objeto dos principais processos em andamento, obtivemos a documentação suporte da avaliação da administração das controladas, incluindo a determinação de valores e opinião de especialistas externos contratados e avaliamos e discutimos a razoabilidade das conclusões da administração das controladas.

Solicitamos e obtivemos confirmação direta dos assessores jurídicos externos responsáveis pelos processos na esfera judicial.

Testamos, por amostragem, os cálculos dos valores utilizados para o provisionamento ou divulgação e avaliamos se as divulgações realizadas estão alinhadas com as normas contábeis relevantes e documentação suporte.

Observamos que as conclusões da administração das controladas e a documentação suporte, incluindo as posições dos assessores jurídicos internos e externos, estão consistentes entre si e com o nosso entendimento sobre os objetos das disputas, bem como com as divulgações incluídas nas notas explicativas.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**  
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Forneçamos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2023



**PwC**  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

**José Vital Pessoa Monteiro Filho**  
Contador CRC 1PE016700/O-0



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.  
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:  
<https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>